

IHGP

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

ANO IV 1995 NÚMERO 4



**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
DIRETORIA 1995**

Presidente:
**FREDERICO PIMENTEL
GOMES**

Vice-Presidente:
OSWALDO CAMBIAGHI

1º Secretário:
**ANTÔNIO MESSIAS
GALDINO**

2º Secretário
CECÍLIO ELIAS NETTO

1º Tesoureiro:
DÉCIO AZEVEDO

2º Tesoureiro:
WALTER C. ZOCCOLI

Orador:
**GERALDO C. DE MELLO
AYRES**

Bibliotecário:
JOSÉ LUIZ GUIDOTTI

IHGP

Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Piracicaba
Ano IV - 1995 - Número 4
Coordenadora da Revista:
CLÓRIS ALESSI

OIHGP é uma publicação do Instituto
Histórico e Geográfico de
Piracicaba. Os artigos nela publica-
dos são colaborações de seus sóci-
os. Entretanto, a revista abre espaço
para outros autores que se dedi-
quem ao estudo de temas históricos
ou geográficos.

Todos os artigos podem ser repro-
duzidos, desde que indicada a fonte.
As opiniões expressas nos artigos
são de responsabilidade dos auto-
res.

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**
CGC 508.538.78.0001-48
Rua do Rosário, 781
13400-180 Piracicaba - SP - Brasil
Telefone: (0194) 34-8811

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO
Serviços Gráficos Degaspari
Rua Barão de Piracicamirim, 1926
Fone/Fax: (0194) 33-6748
13416-150 - Piracicaba - SP



**INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**

SUMÁRIO

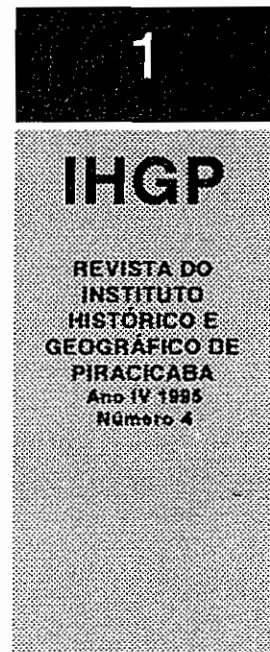
ALGUMAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO IHGP NO CORRENTE ANO.....	1
AS DUAS FUNDAÇÕES DE BUENOS AIRES Frederico Pimentel Gomes	5
PIRACICABA NOS ANAIS DO MORGADO DE MATEUS (Contribuição ao Estudo da Primeira Sociedade Piracicabana) Marly Therezinha Germano Percin	7
PARABÉNS PIRACICABA! Gustavo Jacques Dias Alvim	47
SUD MENNUCCI - Sua Vida e sua Obra Benedita Ivete Brandine de Negreiros	52
O GRUPO ESCOLAR DE PIRACICABA: UM ESTUDO DE CASO Marcelo Cachioni - Daniela R.A. Caricilli	56
O TIETÊ DE NORTE A SUL, DE LESTE A OESTE... José Luiz Guidotti	67

ALGUMAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO IHGP NO CORRENTE ANO

Desde a sua posse, em princípios do corrente ano, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, composta pelo Presidente, Frederico Pimentel Gomes; Vice-presidente, Oswaldo Cambiaghi; 1º Secretário, Antonio Messias Galdino; 2º Secretário, Cecílio Elias Netto; 1º Tesoureiro, Décio Azevedo; 2º Tesoureiro, Walter Carmelo Zocolli; Orador, Geraldo Claret de Mello Ayres e Bibliotecário, José Luiz Guidotti, registra as principais atuações seguintes.

1 - Busca da Sede Própria

Considerando que o IHGP está instalado no prédio de propriedade do Governo do Estado de São Paulo, onde funcionam órgãos da Secretaria da Fazenda e arquivos do Poder Judiciário, aventou-se a possibilidade de precisar mudar-se para outro local. A Presidência manteve diversos entendimentos com a Procuradora da Fazenda, Dra. Marilda Mello Sachs e com o Diretor do Fórum local, Dr. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, para saber das reais intenções dessas autoridades. Manteve, ainda, gestões junto à Prefeitura, estudando a possibilidade de o Poder Público Municipal destinar um imóvel para agasalhar o Instituto, o que não foi possível, contornando-se a situação com a informação de que tanto a Procuradoria do Estado, como o Poder Judiciário não iriam necessitar com brevidade das instalações ocupadas pelo Instituto, que deverá permanecer no local por muitos meses.



2 - Reforma da Sede Social

Tão logo empossada, a Diretoria buscou melhorar as condições de sua sede, à Rua do rosário, 781, no edifício do antigo Forum. Por sorte, promoveu a Prefeitura, por sua conta, a reforma do telhado, com o que desapareceram completamente as goteiras. Por outro lado, a Diretoria realizou o combate aos cupins e outros insetos, que punham em risco seus móveis, livros e documentos. Também fez a reforma da instalação elétrica, que já falhava há meses e apresentou curto-circuito. Além disso foram pintadas paredes, portas e janelas, e trocados vidros quebrados. Graças à amabilidade do Prefeito do Campus da USP em Piracicaba, Dr. Valdemar Antonio Demétrio, colocou-se na entrada do prédio placa indicativa do IHGP, à semelhança do que já ocorria com a Academia Piracicabana de Letras. Finalmente foram substituídas as velhas persianas, inutilizadas, por outras mais funcionais, do tipo vertical, e foi ligado o telefone de número 34-8811, recentemente adquirido. Com tais providências, tem hoje o IHGP sede modesta, mas decente, funcional, que permite melhor desempenho do Instituto.

3 - Atividades Culturais

O Instituto realizou no primeiro semestre de 1995 diversas atividades culturais destacando-se:

a) Posse Solene

De acordo com determinação Estatutária, realizou-se no dia 28 de abril, na sala de Convenções do SESC - Serviço Social do Comércio, a posse solene de sua Diretoria. Na oportunidade, a Profª Marly Therezinha Germano Perecin, proferiu palestra com o título de "Abordagem Documental sobre a Fundação de Piracicaba e Algumas Questões Polêmicas do Período".

b) Novos sócios

No dia 10 de junho, realizou-se, na Sala de Convenções do SESC, a Assembléia Geral para posse dos novos membros do Instituto, cujas indicações foram feitas pelos associados. Na oportunidade, o Prof. Francislídio Beduschi, membro do IHGP, proferiu palestra sobre "A Tentativa de Assassinato de Prudente de Moraes". Nessa oportunidade foram empossados 08 novos sócios titulares e um sócio correspondente: NADIA KASSOUF PIZZINATTO - Administradora de Empresas, Economista e Professora da UNIMEP; ARI CAMOLESI - Psicólogo e Administrador Escolar, Gerente Regional do SENAC; EDUARDO DARUGE - Cirurgião Dentista, Advogado e Professor da UNICAMP e da UNIMEP; FRANCISCO DE ASSIS FERRAZ DE MELLO - Enge-

2

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

nheiro Agrônomo, Professor e Pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; JOSÉ FRANCISCO DE FARIA JUNIOR - Administrador de Empresas, Gerente do Banco Itaú, Radialista e colaborador da imprensa local; KRUNISLAV ANTONIO NÓBILO - Cirurgião Dentista, Professor da Faculdade de Odontologia da UNICAMP; VALDEMAR ANTONIO DEMÉTRIO - Engenheiro Agrônomo, Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e atual Prefeito do campus da USP em Piracicaba; LUIZ GONZAGA ENGELBERG LORDELLO - Engenheiro Agrônomo, Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; ROGÉRIO FORASTIERI SILVA - Historiador e Professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

c) Sessão Magna

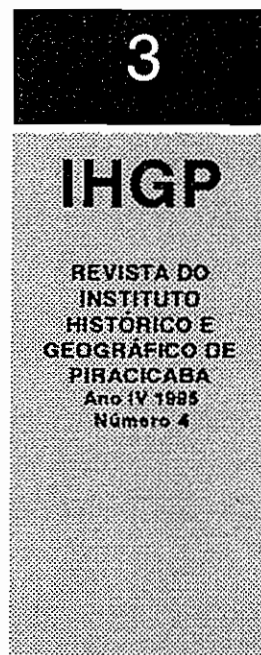
Por disposição legal e estatutária, o IHGP realizou sua Sessão Magna comemorativa da passagem do 228º aniversário da Fundação de Piracicaba, e de entrega da Medalha de Mérito Prudente de Moraes. A solenidade foi realizada no Salão Nobre da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, no dia 07 de agosto. Na oportunidade, foram agraciados com o recebimento da Medalha de Mérito Prudente de Moraes, o Presidente do Instituto, Frederico Pimentel Gomes e o Professor de Medicina, Dr. Adib Jatene, atual Ministro de Estado dos Negócios da Saúde. A Sessão solene contou com a participação da Associação Paulista de Medicina, Seção Regional de Piracicaba, que homenageou o Ministro, com a outorga do Diploma de Sócio Honorário. Também participou da cerimônia a Sociedade Beneficente Sírio-Libanesa, que conferiu ao Ministro Jatene o título de Sócio Honorário da Entidade.

4 - Revista do IHGP

A sócia Clóris Alessi, da Comissão da Biblioteca, responsável pela edição da Revista do Instituto, preparou o número correspondente ao ano de 1995, cuja publicação se dará em breve.

5 - Doações

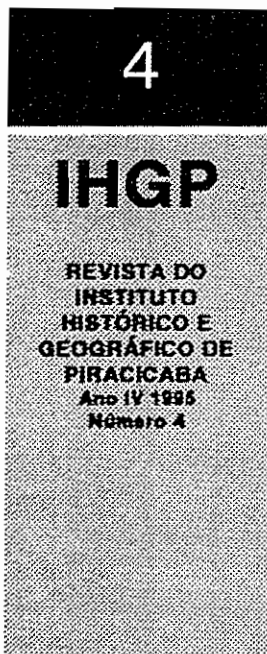
O Instituto recebeu do consócio Prof. Flávio de Toledo Piza, a doação de sua biblioteca, por disposição testamentária, sendo o primeiro beneficiário, ficando a Universidade de Campinas como segunda beneficiária de seu acervo.



6 - Reforma dos Estatutos

Com a finalidade de dar maior agilidade e modernização ao IHGP, foi constituída uma comissão de sócios para proceder ao estudo e apresentação de anteprojeto de novos Estatutos. Essa comissão está formada pelos Srs. Antonio Henrique de Carvalho Cocenza, Cecilio Elias Netto, Elias Salum e Lino Vitti. Os trabalhos já foram concluídos. Atualmente, o documento é discutido pela Diretoria, juntamente com a comissão, para preparar proposta e ser submetida à assembléia.

Piracicaba, outubro de 1995.



AS DUAS FUNDAÇÕES DE BUENOS AIRES

F. Pimentel Gomes⁽¹⁾

1) Presidente do IHGP.

Entre Buenos Aires, na Argentina, e Colônia, no Uruguai, do outro lado do Rio da Prata, há cerca de oitenta quilômetros de água doce avermelhada, mais ou menos a distância, em linha reta, de Campinas a S. Paulo. E o Rio se alarga mais ainda para o leste, na direção do Oceano Atlântico, logo ultrapassando cem quilômetros, de água que passa lentamente de doce a salobra e de salobra a salgada. É, em escala gigantesca, um exemplo típico de "estuário": parte de um rio que se abre largamente na foz. Não é de admirar, pois, que os espanhóis que ali aportaram, no começo do século 16, pensassem tratar-se de um mar, o Mar Dulce.

O Rio da Prata é formado por dois grandes rios que vêm do Brasil: o Paraná, de águas barrentas, e o Uruguai, de águas claras. A História menciona como seu descobridor o navegador Juan de Solis, que, com três navios espanhóis e 60 homens, ali chegou no fim de janeiro de 1516. Desembarcou, com oito companheiros, às margens do rio Uruguai, e logo foram eles agredidos a flechas por índios emboscados. Morreu Juan de Solis e, de todo o grupo, só um escapou.

É estranho o nome de Rio da Prata, pois, naquela região e até 1200 quilômetros em redor, não há e nunca houve jazida de prata, nem também de ouro. A prata e o ouro realmente existiam, mas nas mãos dos Incas, no Peru e na Bolívia, e de lá é que tinham alcançado o litoral atlântico, trazidos por aventureiros que, como no Brasil, se internavam pelo sertão, fanatizados pelas notícias de riquezas fabulosas.

A cidade de Buenos Aires foi fundada por Pedro de Mendoza, a mando do Imperador da Espanha, Carlos V, no ano de 1536, na margem direita do Rio da Prata. Mas o problema de alimentação dos colonos logo surgiu, pois se esgotavam as provisões trazidas

5

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

da Espanha. Para piorar a situação, muitos eram os cavalos de guerra desembarcados, mas ninguém se lembrara de trazer vacas, ovelhas ou galinhas para criar, nem sementes para a lavoura. Nos primeiros tempos, contribuíram os índios com alimentos. Mas os abusos dos brancos, principalmente em relação a moças indígenas, logo desgostaram os índios, que atacaram e sitiaram a aldeia, chamada Santa Maria del Buen Aire. Veio a guerra, veio a fome e o pobre Pedro de Mendoza, sífilítico e enfraquecido, acabou tomando um navio em direção à Espanha. Morreu na viagem. Parte dos colonos voltou à Espanha, outros subiram o rio Paraná, mudaram-se para Asunción (Assunção), no Paraguai. Afinal, em 1541, retirou-se a população restante de Santa Maria del Buen Aire para o interior, depois de incendiar as habitações da infeliz aldeia.

Tempos depois, resolveu-se reviver a povoação do Buen Aire, como porto das populações que cresciam nas bacias do Paraná e do Paraguai. Para isso, saíram de Assunção, comandados por Juan de Garay, 65 homens e uma só mulher (Ana Diaz). Um dos homens era português. No caminho, mais algumas pessoas se juntaram ao grupo. Chegando ao rio da Prata, ao lugar da antiga aldeia, fundaram, em 11 de junho de 1580, pela segunda vez, uma cidade que se chamou Santa Maria de Buenos Aires. Esta é a origem da atual capital da Argentina, metrópole de dez milhões de habitantes, rica, cosmopolita, de parques e jardins belíssimos, comércio excelente e vida cultural de alto nível, que forma, com S. Paulo e o Rio de Janeiro, o trio de cidades mais importantes do Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PALACIO, E. - Historia de la Argentina. 3ª ed., 2 v. Buenos Aires. A. Peña Lillo Editor, 776 p. 1960.
- SCENNA, M.A. - Argentina-Brasil, Cuatro Siglos de Rivalidad. Buenos Aires, Ediciones la Bastilla, 424p. 1975.

6

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

**PIRACICABA NOS ANAIS
DO MORGADO DE MATEUS**
**(Contribuição ao Estudo da Primeira
Sociedade Piracicabana)**

Marly Therezinha Germano Percin

Introdução: As Frestas do Passado e o Exercício da Memória

Da forma como nos foi apresentado o personagem Antônio Corrêa Barbosa, dentro do apêndice documental da época, não são permitidas outras ilações que não sejam relativas ao quadro sócio-econômico da Freguesia de Araraitaguaba e da Vila de Itu, a partir de 1765, quando se restaurou a Capitania de São Paulo. Encontramo-lo em poucos documentos anteriores à fundação de Piracicaba, nos primeiros tempos do governo de dez anos, na Capitania de São Paulo, de D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, seja em Portarias, Bando, Ofícios ou nos censos de 1765 e 1767.

À página vinte do referido censo de 1765, aparece a relação de Araraitaguaba ou Lista de Oficiais Soldados daquela Freguesia ituana, tida pelos sertanistas, desde o séc. XVII, como o mais importante porto da bacia do Tietê. A Vila de Itu e a sua freguesia desempenharam funções exponenciais no processo povoador do séc. XVIII. Lembremos, a título de complementação, que os outros dois portos localizavam-se nos rios Sorocaba e Piracicaba, ambos necessários ao sistema de articulação do Vale Médio do Tietê.

Qualquer análise interpretativa dos primeiros tempos da vida de Piracicaba se adscrive à conjuntura da época e não prescinde das ações de Antônio Corrêa Barbosa. Depois de 1767, conhecemo-lo de forma implícita, já como Diretor Povoador de Piracicaba, através de ofícios e cartas das autoridades, da Carta-Patente de Capitão de Ordenanças e do censo de 1773, apresentado como "Lista Geral de todos os moradores da Vila de Itu", da qual era Capitão-Mor Salvador Jorge Velho. Durante os primeiros

7

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

tempos de vida da comunidade, prevalecem as interrogações sobre as respostas, embora o registro documental a seu respeito seja mais expressivo a partir de 1775.

Os Recenseamentos elaborados em Itu, a partir de 1765, são-nos, particularmente, interessantes à história de Piracicaba. Nestas "Listas de Oficiais Soldados e Moradores" prevalecem os critérios das Companhias de Ordenanças, aplicados com grande vigor sobre o conjunto da sociedade, após a restauração da Capitania de São Paulo, 1765, pelo Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal. Elas permitem ao observador sondar mais de perto as estruturas do período colonial, colocando à sua disposição importantes colaboradores: o Capitão-Mor da Vila, o Comandante da Companhia de Ordenanças, e outras patentes menores como o Sargento-Mor, o Alferes e os Cabos.

A Esquadra era uma unidade formada de 15 a 20 chefes de família, representando os Fogos (lares) da comunidade e a Companhia era, por sua vez, um corpo integrado por diversas esquadras. A importante Vila de Itu possuía duas companhias de Ordenanças e muitas esquadras, enquanto a sua freguesia de Araraitaguaba possuía uma Companhia de Ordenanças dotada de várias Esquadras. Estranhamente, Piracicaba, segundo o censo de 1773, formava uma Companhia, contando com apenas três esquadras e muito poucos habitantes (183 indivíduos em 9 Fogos declarados).

Os Trabalhos de Hércules dos Sertanistas

Extrapolando o quadro das patentes declaradas no censo de 1765, destacam-se algumas personalidades cujo desempenho relacionou-se, indiretamente, à história de Piracicaba. À página 21 do documento consta a declaração de André Dias de Almeida, com a idade de 45 anos, gozando de bens avaliados em 2:400\$000. Este capital o qualifica como homem rico para os padrões da época. Trata-se do célebre Capitão André, o grande armador das expedições fluviais do Tietê, as monções, demandantes da navegação dos rios da bacia platina para o Paraguai e Mato grosso. Por curiosidade lembramos ser o homem que tinha a seu serviço os maiores pilotos do Vale Médio do Tietê, entre eles, o França (Antônio da Silva França), o único capaz de descer o rio Tietê em quinze dias!

O capitão André era o elemento de que se serviu o Capitão General para conduzir as expedições militares e os comboios abastecedores ao forte e à Povoação do Iguatemi, entre os anos de 1767 e 1777. Sempre esteve ligado à Piracicaba, através dos negócios estabelecidos com Antônio Corrêa Barbosa, quanto à compra das canoas da produção local, ao fornecimento

8

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

Ano IV 1995
Número 4

monçoneiro, a mediação de empréstimos em dinheiro, a muitas providências de abastecimento na Barra ou a operações ao longo do Tietê. Ambos, pela importância do trabalho desenvolvido, tornaram-se homens da irrestrita confiança do Morgado de Mateus.

Na epopéia do Iguatemi, que assinalou nos atos de bravura, as façanhas incríveis, os trabalhos desgastantes e as tragédias das centenas de paulistas anônimos, três homens do real serviço dedicaram a maior parte das suas vidas: o fundador, Regente do Forte e Comandante da Povoação o ituano João Martins de Barros, o armador monçoneiro de Araraitaguaba, André Dias de Almeida e o Diretor-Povoador de Piracicaba, também ituano, Antônio Corrêa Barbosa. Este manteve-se seriamente implicado nos trabalhos de assentamento de povos nas margens do Tietê, na assistência às monções na Barra, ou como sertanista picador de caminhos a noroeste de São Paulo e em Mato Grosso (Iguatemi), além de povoador do velho porto junto ao rio Piracicaba. Tal personalidade precisa ser reavaliada em função da globalidade da sua obra; nunca, meramente, pelas querelas com párocos ou barganhas de dívidas, junto aos capitalistas de Araraitaguaba.

O Diretor Povoador, Eis o Homem

Voltando à "Lista dos Oficiais Soldados" de 1765, à pág. 26 (verso), consta o assentamento de Antônio Corrêa Barbosa, aos 34 anos de idade, casado com Ana de Lara, sem filhos, declarando-se possuidor de fracos bens avaliados em apenas 100\$000. Revelava-se moço pobre, recém-casado; provavelmente ligado às atividades do porto de Araraitaguaba, à construção de embarcações e à navegação monçoneira. A sua apresentação e apadrinhamento junto ao Morgado de Mateus revestiu-se do interesse que lhe valeu a indicação para a tarefa em Piracicaba, segundo os parâmetros do Real Serviço. A iniciativa deve haver partido da parte do Capitão André Dias de Almeida.

Na ordem sequencial do censo de 1765, logo abaixo do nosso personagem, aparece o assentamento da família encabeçada por Francisco Barbosa de Almeida Silva, com 62 anos de idade, casado com Francisca da Silva. Estes nomeados eram os seus progenitores. Revelando a sua condição humilde, o pai declarava filhos sob custódia, havendo as respectivas idades em parênteses: João (31), Isabel (20), Gertrudes (19), Rita (15), Angela (13) e Ursula (11). Reforçando a condição de Terceiro Estado, isento de origem brasonada, o documento é categórico: nada possui!

Atingimos algumas particularidades de Antônio Corrêa Barbosa, em 1765, identificando-o como o filho primogênito de

9

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

(1) Ordem de 24/07/1766 in Doc. Int. vol LXV, p. 89. Portaria de 20/08/1766 in Doc. Int. Vol LXV, p.98/99.

Bando: L64, 13-v, citado em vol. LXV, p.112.

(2) O Morgado de Mateus mencionava fundar seis povoações estratégicas, em 1766, a primeira delas, "na barra que faz o rio Piracicaba entrando no Tietê", já havendo Antônio Corrêa Barbosa por seu Diretor. Carta do M.M a Oeyras, 24/12/1766, in Doc. Int vol XXIII, p.40.

uma família do terceiro estado, dispondo de pequeno capital, cerca de dois anos antes de chegar a Piracicaba. No ano imediato, o seu nome deixou o anonimato por força das transformações por que passava a capitania de São Paulo, e, certamente, por indicação dos homens da confiança do Morgado de Mateus no distrito da Vila de Itu. Em julho de 1766, foi nomeado Diretor Povoador da nova povoação que se ia fundar em Piracicaba, expedindo-se Portaria à Vila de Itu e, em novembro, daquele mesmo ano, Barbosa teve reforçado o seu prestígio mediante a comunicação do bando que anunciava aos povos o propósito do Capitão General, e o declarava, publicamente, seu preposto.(1)

Entre 1766 e 1767 promoveram-se intensos preparativos em São Paulo, para o estabelecimento do Forte do Iguatemi, na fronteira paraguaia. Tanto o forte como as povoações fundadas no período faziam parte da mesma estratégia anti-castelhana. As autoridades que indicaram o nome de Barbosa conheciam as suas possibilidades para o desempenho da empresa, qualificada por Real Serviço. Outros diretores já haviam sido lançados a campo em tarefas povoadoras de idêntica responsabilidade, segundo o anunciado propósito do Morgado de Mateus de reparar a falta de povoações civis na Capitania de São Paulo. (2)

O Labirinto dos Interesses

Consultada outra "Lista de Moradores da Freguesia de Araraitaguaba", anexo à de Itu, elaborada em janeiro de 1767, as informações são ainda mais esclarecedoras. Lá se encontram três personalidades ligadas à História de Piracicaba. O aludido armador, André Dias de Almeida, e apresentado como Capitão das Ordenanças da Companhia, portanto, como primeira figura política, havendo por especificação a sua condição de homem rico: vivia de negócios, possuía bens móveis e de raiz, avaliados em seis mil cruzados. Servidor da Coroa, controlou a navegação do Tietê, a partir de 1767 até a queda do Forte de Iguatemi, em 1777.

À página 49 (verso), encontramos a declaração de outro personagem, Francisco Cardoso de Campos, de 48 anos de idade, casado com Inácia Pedrosa, seis filhos, vivendo das suas lavouras naquela Freguesia, havendo bens avaliados em trezentos cruzados. Trata-se do sobrinho e herdeiro, desde 1760, da esplêndida, sesmaria de Felipe Cardoso, a qual lhe fora concedida em 1726, pelo rei D. João V, abrangendo as duas margens do rio Piracicaba, ficando de permeio o salto e o porto. Observamos que este mesmo herdeiro e sua mulher, Inácia Pedrosa, serão os vendedores, em 20 de novembro de 1785, pelo valor de 80\$000, das terras situadas na margem esquerda (para onde, em 1784, já se transferira a povoação de Piracicaba), ao Capitão

10

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

Antônio Corrêa Barbosa. O que se constata é que, em 1767, Francisco Cardoso de Campos residia, há tempo, na Freguesia de Araraitaguaba, cuidando das suas lavouras. As terras em Piracicaba, herdadas do tio, se achavam virtualmente abandonadas, expostas à cobiça, entregues à própria sorte o porto, as madeiras de lei e tudo o que, porventura, houvesse de residual na tentativa fracassada do sesmeiro Felipe Cardoso. Mais cedo ou mais tarde esta posse haveria de ser posta à prova.

Embora dedicados à atividades diversas, Francisco Cardoso de Campos e Antônio Corrêa Barbosa eram "vizinhos" moradores da mesmíssima freguesia, que apesar de populosa para os padrões da época, devia contar com pouco mais de 1500 habitantes. Araraitaguaba era um porto concorridíssimo, onde as novidades trazidas dos sertões, rio abaixo, ou do Reino, via São Paulo e Itu, circulavam de boca em boca. Imagine-se a notícia da fundação da nova povoação de Piracicaba! Aliás, o fato era esperado, desde o início de 1766, quando o Morgado de Mateus anunciara a sua intenção. Como já vimos, desde meados daquele ano, Piracicaba já possuía Diretor nomeado na pessoa do Barbosa, e, em novembro do mesmo, ano o Capitão General mandara fazer tal comunicação diretamente, aos povos, mediante Bando.

Francisco Cardoso de Campos não reclamou os seus legítimos direitos de posse do porto de Piracicaba, quando se anunciou, o projeto em 1766, nem quando se publicou Edital em julho do ano seguinte, quase às vésperas da partida de Barbosa para Piracicaba (3). Poderia tê-lo feito, principalmente, quando tinha a seu favor o argumento da revalorização da Área do sertão de Piracicaba, -Por que não o fez?

À pág.54 do Censo de 1767, que estamos consultando, acha-se declarado Antônio Corrêa Barbosa, casado com Ana de Lara e com um filho, João, de quatro meses. Esta lista acrescenta pouco ao que já conhecemos: o personagem, agora, tinha 36 anos de idade os seus poucos bens continuavam avaliados em 100\$000 e não se especifica a sua atividade econômica. Noutro recenseamento efetuado em Araraitaguaba, neste mesmo ano de 1767 no mês de setembro, já, não constam a nome de Barbosa e nenhum dos seus familiares, pois se achavam instalados no porto de Piracicaba. Era, portanto, um homem relativamente, moço o Diretor Povoador de Piracicaba. Tudo indica que os progenitores haviam falecido.

Como se trata do mesmo censo a que eram submetidos os moradores da Vila de Itu, lá encontramos, por Capitão da 2ª Companhia de Ordenanças (dotada de 13 Esquadras), ao Capitão Joaquim de Meira e Siqueira, que serviu nos próximos anos como oficial no Forte do Iguatemi e, indiretamente, se liga; a Piracicaba através da sua filha Da. Maria de Meira Siqueira, esposa de Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, futuro comandante da Povoação. Da. Maria Arruda, como se tornou conhecida na

(3) Durante quinze dias vigorou o Edital alertando sobre a oportunidade de defesa dos direitos a eventuais proprietários na "paragem chamada Piracicaba", onde se pretendia assentar nova povoação. Edital de 04/06/1767, in Doc. Int vol LXV p. 156.

(4) Memória do Estabelecimento da Nova Povoação de Piracicaba junto à margem da parte dalém do Rio do mesmo nome e da sua Mudança e Redificação para a parte daquém do dito Rio. In Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. da Fundação de Piracicaba. à p.94
Representação dos Moradores e carta ao capitão General, ambos de 29/11/1786 In Mário Neme. História da Fundação de Piracicaba, p. 96-102.

documentação do séc. XIX, era a proprietária da sesmaria do Bom Jardim, senhora de engenho poderosa e mãe dos truculentos irmãos Botelho, figuras destacadas nas disputas de terras em Piracicaba, entre 1816 e 1830.

Povoamento e Terceiro Estado

Do processo de decadência de São Paulo e da turbulência política do governo do Morgado de Mateus (guerra, recrutamentos, derramas intrigas, perseguições e grandes deslocamentos populacionais), procede a extração social das Povoações estratégicas: Guaratuba, Sabaúna, Lajes, Itapetininga, Piracicaba, Iguatemi, Itapeva da Faxina. Na sociedade de ordens do séc. XVIII, o povo (3º Estado) é mera ficção jurídica, incluindo-se nesta categoria os deserdados do sistema, brancos pobres, toda a vastíssima gama da mestiçagem, negros e índios considerados forros. A escravidão lastreava-se sobre índios, negros e pardos em geral. Na prática, tornava-se difícil diferenciar libertos e escravos dentre as populações inferiores, dadas as verdadeiras condições de servidão humana, tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais. é o que haveremos de constatar em Piracicaba, durante as primeiras décadas do povoamento intentado por Barbosa.

Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, que foi, em ordem cronológica, o terceiro titular do poder em Piracicaba, como Capitão Mor de Itu (Após haver sucedido ao Capitão Salvador Jorge Velho e ao Sargento-Mor Antônio Pacheco e Silva), julgava-se um "especialista" nos assuntos de Piracicaba, a comunidade que viu nascer. Descontando-se-lhe a arrogância com que perseguiu os liberais, e a presunçosa vaidade testemunhada pelos seus contemporâneos, acatamos o seu discurso porque o Dr. Vicente era uma autoridade erudita e o que afixou têm expressão documental: "Fundou-se a Povoação de Piracicaba em o primeiro dia do mês de agosto do ano de 1767, com índios vadios, dispersos e vagabundos, que mandou congregar o Exmo. Sr. D. Luís, e pelo mesmo foi nomeado diretor e primeiro povoador Antônio Corrêa Barbosa por provisão de 24 de julho de 1766". Referindo-se à evolução do povoamento nos anos seguintes, acrescentava que a ralé do primeiro momento acabou ..."concorrendo povo de melhor qualidade" e que..." foi o dito Diretor promovido a Capitão pelo mesmo Exmo. Sr. General, em 11 de dezembro de 1771". Precisão de datas e de situações, repetidas com coerência em outros documentos da sua lavra!(4)

O Capitão-Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha reconhecia, em 1784, a origem humílima dos primeiros povoadores, embora ressalvasse que, posteriormente, ..."alguns indivíduos de melhor condição concorreram." Infelizmente, não esclarece quais foram os elementos povoadores dotados de diferenciada extração social. Tampouco poderia antecipar-se

12

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1996
Número 4

aos tempos, assegurando, como testemunha da época, que no final do século, quando aquela "boca de sertão", já evoluíra à condição de fronteira agrícola, a sociedade viria a se modificar, abrigando representantes da "nobreza da terra", proprietários engenheiros e partidistas declarados em outros censos. É sabido que os representantes do segundo estamento (Segundo Estado), quando se estabeleceram, o fizeram num contexto de dominância no interior de um corpo social mais complexo.

Interessa-nos, a gente do primeiro momento, aqueles mesmos paulistas do terceiro estamento, chamados pelo Dr. Vicente, através da documentação citada, de "administrados, vadios, dispersos e vagabundos" ou de "indivíduos de ínfima plebe, como mulatos, índios e bastardos e aqueles que pela sua má conduta se faziam inúteis nos lugares de sua antiga residência", ou, ainda, de "índios vadios, dispersos e vagabundos que mandou congregar o Exmo. Sr. Dr. Luis" (o Morgado de Mateus), os quais foram trazidos à Piracicaba pelo seu Diretor Povoador, a partir de 1767.

A cópia de informações sobre o povo humilde é contrariada pela escassez de conhecimento a respeito daqueles povoadores dotados de melhores condições. Recentemente, a sorte nos apresentou um documento revelador sobre os tais elementos povoadores de melhor extração, que o autor da Memória insinua mas não declara. Por enquanto, nos ocupemos dos pobres de Piracicaba, e não em sua primeira sociedade, os quais, por serem tão pobres, exigiram providências do Morgado de Mateus para a seu traslado, em 1767. (5)

A comunidade assentada por Barbosa sobre a margem direita, a jusante do histórico porto, pouco excedia a uma centena de habitantes, dadas a fraca densidade populacional da Capitania e as dificuldades da época. Porém o doutor Vicente, referindo-se em sua Memória... à patente de Capitão (de Ordenanças) atribuída ao Diretor Povoador, em 1771, deixa claro que naquela época, "crescera" a população piracicabana, permitindo tal surto de crescimento, a organização de uma Companhia de Ordenanças, efetivo que pressupõe unidades menores, as Esquadras. Com efeito, ao conferirmos a "Patente de Capitão da Ordenança dos moradores da nova Povoação de Piracicaba", observamos que entre os argumentos que fundamentam a nomeação, dispensando-se os méritos pessoais e os serviços prestados por Barbosa está o montante da população local, avaliada em mais de duzentos habitantes!(6)

Ambos os documentos, Memória (1784) e Patente de Capitão (1771), se referem ao período "heróico" da povoação nascente, a sua primeira sociedade constituída aquela que, por falta de documentação específica, nos obriga a buscas indiretas e a extrapolações. Dos recenseamentos dos primeiros anos, apenas conseguimos aditar como novidade, aos já conhecidos, a Lista de Povoadores de 1773 que, doravante, passa a ser o mais antigo

5) As embarcações de que dispunha Barbosa deviam ser insuficientes, teve de receber ajuda. "Por serem pobres se faz dificultoso pagarem fretes de canoas, e muito mais, comprarem-na nova". Até uma canoa velha, incapaz de navegar foi consertada -às expensas do provedor da Fazenda Real. Portaria de 03/07/1767, in Doc. Int. vol. LXV p.155.

O Morgado de Mateus queixava-se das dificuldades materiais no remanejamento dos povos para as novas povoações e da frouxidão dos Diretores. Carta a Oeyras, 28/04/1767, in Doc. Int., vol. XXIII p.467.

(6) Patente a Antônio Corrêa Barbosa do posto de Capitão de Ordenanças dos moradores da nova Povoação de Piracicaba, in Livro de Sesmarias, Patentes e Provisões, vol. 19 f.04 .

13

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

*A Frase do Capitão
General Martim Lopes
Lobo de Saldanha.

censo que nos é dado a conhecer nos "Maços de População" do Departamento de Arquivos do Estado de São Paulo.

A crítica interna destes documentos do Morgado de Mateus oferece aspectos reveladores. As expressões de época são de particular interesse, pois referem-se àquela antiga comunidade formada por míseros povoadores, Índios forros (administrados), marginais e poucos escravos, extraídos de um corpo social próprio de uma época turbulenta na história colonial, onde a pobreza, conseqüente à retaliação a que fora submetida a Capitania de São Paulo, até a sua definitiva extinção (1729-1748), agravara-se por séria decadência (1748-1765). Época de mau estado das lavouras e da agricultura predatória, fraco comércio, exiguidade de rendas e falta de povoações civis!

A Pobreza e o Pânico na Capitania de São Paulo

Ao lugar comum da decadência e miséria juntava-se o pânico coletivo frente às intempestivas medidas do primeiro governo da restauração da Capitania (1765). Talvez a pior destas fosse o recrutamento de paulistas para a guerra nas fronteiras luso-castelhanas, particularizando a defesa do Sul brasileiro de que se apossaram as tropas do General Cevallos, até quase a Ilha de Santa Catarina (1767). Além dos confiscos, derramas, prisões arbitrárias e incorporação violenta nas Tropas Auxiliares, pairava sobre as Vilas e Freguesias do Vale Médio do Tietê outro perigo, o de ser submetido à força e descer acorrentado, Tietê abaixo, em demanda do Forte do Iguatemi, verdadeiro "cemitério de paulistas". (*)

As cartas do Capitão General de São Paulo ao Ministro Oeyras trazem o prognóstico sombrio daquela terra em decadência; tratam das suas iniciativas (nem sempre bem sucedidas) e revelam a reação dos naturais ao seu governo, não só diante da militarização como do remanejamento dos povos. Com efeito, a intromissão do poder central, a partir da restauração da Capitania de São Paulo, coartava a antiga liberdade paulista em nível das Câmaras Municipais, da nobreza da terra, das lavouras, das Vilas, e principalmente, dos povos, a grande massa coletiva enquadrada, no Terceiro Estado, constituída por pardos, do gentio da terra, caboclos, mulatos, brancos pobres, na condição de nascidos livres ou forros (libertos).

Pobreza, medo e injustiças assinalaram os dez anos do governo do Morgado de Mateus. O seu acalentado projeto da "diversão para o Oeste", que levou ao genocídio das nações indígenas do Paraná e à fundação do forte de Iguatemi, acabou desaprovado pelo Vice-Rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, e pela Metrópole, convencidos da inutilidade e do lamentável desgaste a que era submetida a Capitania de São Paulo. Aqueles

14

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

que apreciam o seu governo apontam-no como o visionário fundador de cidades. Corrigindo esta colocação apressada, lembramos que ele foi o responsável pelos grandes deslocamentos populacionais e por projetos mal sucedidos, à custa dos sacrifícios de sociedade e de grandes perdas materiais. Os paulistas autofinanciaram a expansão povoadora, malgrado as adversidades, entre 1765 e 1777.

Lajes (Santa Catarina), Itapetininga e Itapeva da Faxina (ambas na estrada para Curitiba e Viamão), Iguatemi (Mato Grosso), Piracicaba (boca de sertão, conquanto retaguarda de Iguatemi) são exemplos; mas nem todas as iniciativas vingaram (Botucatu) e outras redundaram em tragédia (Iguatemi). A sociedade paulista sofreu no seu conjunto, priorizando o Terceiro Estado, sobre o qual recaía, na maior parte, o recrutamento para as linhas de frente na guerra, para as expedições de devassa no Paraná, para a posse e manutenção do Forte de Iguatemi ou para novas povoações.

Não havendo a quem socorrer-se, os pobres buscavam refúgio nas povoações distantes ou afundavam-se nos matos. Constituíam-se nos dispersos, nos "sítios volantes", nos vagabundos, bandidos ou malfeitores de que trata a documentação da época, vivendo ao Deus dará alimentando-se, dos frutos da terra, dos carás, palmitos, içás e arumatiás (larvas), nalgum capão, nalguma coivara. Eram caçados pelos prepostos dos Capitães-Mores, se apareciam nas povoações para as desobrigas; os seus filhos maiores de 16 anos, eram acorrentados e enviados para a Marinha de Santos e, desta, para a morte certa nas linhas de guerra ou na fronteira paraguaia.

Quando se intentou formar povoações estratégicas oferecia-se, como opção para certa gente afamalhada, o livrar-se do recrutamento, sob a promessa de sediar-se nas novas comunidades, debaixo da regência de algum Diretor Povoador. Muitos, com filhos jovens, ofereceram-se, voluntariamente, como povoadores, para escapar das malhas do recrutamento partindo para as fundações distantes. Outros, foram arrebanhados violentamente. Assim, povoaram-se Lajes, Guaratuba e Sabaúna Itapetininga, Piracicaba, Itapeva da Faxina, etc.

Apesar do estímulo oferecido àqueles que desejassem comandar os projetos do governo, expedições contra os índios, quilombos, ou fundações, tidos como trabalhos dignificantes e próprios do Real Serviço de S. Majestade, a rejeição parecia geral entre a nobreza da terra: só debaixo de forte constrangimento! O Morgado de Mateus desejava criar uma nobreza de serviço e não compreendeu porque os paulistas não desejavam ilustrar as Casas mediante a sua concessão de foros de fidalgos, títulos, mercês, alcaidarias, senhorios, hábitos de Cristo por serviços prestados às próprias, expensas para a glória do Rei. Apelou-se, não raro, para o Terceiro Estado.

15

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

A Malversação da Liberdade

Ao lado de alguns poucos indivíduos de melhor extração", o elemento social básico, mais numeroso e expressivo, em todos os seus empreendimentos, era constituído por gente da "ínfima plebe", libertos ou forros, geralmente mulatos e índios (antigos administrados); escravos do gentio da terra (dado o menor valor das peças frente ao africano), caboclos de olhos puxados a denotar a forte herança; índia, brancos pobres.

Tudo nos leva a supor que predominassem os carijós nestes remanejamentos e que viessem a constituir o substrato da sociedade paulista, entre 1767-1780, pois eram frutos da devassa e do genocídio que o Ajudante de Ordens, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, praticava no Paraná por mando do Morgado de Mateus. Sob a designação genérica de carijós, chegavam às centenas nas aldeias indígenas da periferia de São Paulo e eram tidos como "administrados", mero eufemismo para esconder a sua condição e burlar a lei que proibia escravizar o índio. Ali ficavam sob a governo de propostos, para, depois, serem redistribuídos, conforme as necessidades, na lavoura, nos transportes ou nas novas frentes de povoamento.

Carijós deviam ser aqueles "índios vadios" trazidos a Piracicaba, aos quais se refere o Capitão-Mor de Itu. Carijós, administrados ou, cunhatapes: esta era outra designação corrente para indígena, embora, só encontrássemos uma referência no censo de 1775. Nos primeiros tempos, deveriam predominar os carijós, cujo território começava não muito longe, abaixo do rio Paranapanema. Os carijós eram entregues aos Povoadores por ordem do Morgado de Mateus com a advertência: "são libertos". Podiam servir-se deles, sem chamá-los de cativos! (7)

Naquela época, as nações indígenas do Oeste paulista já se achavam extintas e as do NO e NE (caiapós) haviam recuado na direção de Mato Grosso, Minas e Goiás. Praticou-se a escravidão indígena em São Paulo, seguramente, até as primeiras décadas do século XX. Durante o século XVIII, as peças do gentio da terra procediam de longas distâncias: paiaguás, caiapós, que eram preteridos (dada a ferocidade com que tentavam reagir à expropriação), aos mansos parecis de Mato Grosso ou aos indefesos carijós do Paraná. Os grupos indígenas do Paraná foram destribilizados, durante o séc. XVIII, sob a ação dos régulos integrantes das expedições que saíam de Curitiba. Durante o governo do Morgado de Mateus, o genocídio das nações indígenas foi coordenado pelo seu primo e protegido, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, procedendo-se à devassa dos sertões dos rios Ivai, Tibaji, Iguaçu, Serra de Apucarana e Campos de Garapuava.

Com um punhado de pobres e uma récuca de míseros carijós, um Diretor Povoador formava uma povoação, bastavam trinta casais (ou menos). Com cinquenta fogos para cima, podia-se organizar uma Vila (ou Município), garantida pela Carta Régia

16

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

de 22/07/1766. Deste expediente valeram-se os Diretores da época, entre eles o famoso Capitão-Mor Regente de Lajes, Antônio Corrêa Pinto, o povoador de Itapeva da Faxina, Antônio Furquim Pedroso, e o povoador de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa.

A Monção do Barbosa

Ao deixar a Freguesia de Araraitaguaba, em 25 ou 26 do mês de julho de 1767, numa monção Povoadora, orientada aos sertões do rio Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa procedeu como tantos outros Diretores-povoadores em idêntica situação. Trazia o esboço da futura sociedade piracicabana, porém a que se implantava era um grupo dos mais inexpressivos, a bugrada, os mulatos, os desordeiros e vadios, e gente desajustada da sociedade da época, vivendo ao impacto da miséria paulista e do terror do recrutamento.

TABELA 1

A FAMÍLIA PATRIARCAL DE BARBOSA: nascidos livres, forros e escravos. Censo: 1773 (DAESP)							
Censo: 1773 (DAESP)	Nº	SEXO		ADULTOS		MENORES	
		M	F	M	F	M	F
Família nuclear:		M	F	M	F	M	F
Antônio C. Barbosa	1	1		1	1		
esposa	1		1				
filhos	3	2	1			2	
Percentual: 2,70%							1
Totais parciais	5	3	2	1	1	2	1
Agregados (parentes):							
irmãos	6	1	5	1	5		
cunhados	3	3		3			
sobrinhos	2	1	1			1	
Percentual: 5,94%							1
Totais parciais	11	5	6	4	5	1	1
NASCIDOS LIVRES: totais	16	8	8	5	6	3	2
Outros dependentes, forros e escravos	103	50	53	44	42	6	11
Percentual: 68,855	7	3	4	1	1	2	3
Totais parciais	110	53	57	45	43	8	14
TOTAL GERAL	126	61	65	50	49	11	16

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

(8) "Em o primeiro dia do mês de agosto do ano de mil setecentos e sessenta e sete...", in Memória do estabelecimento da nova Povoação de Piracicaba ... doc. cit.

(9) A chegada da correspondência de Iguatemi expõe a crua verdade: "Piracicaba não fora assentada na barra. O Regente do Forte, Cap. João Martins de Barros desabafa: quão ótimo era que a povoação de Piracicaba viesse à barra do mesmo rio, ou às suas vizinhanças. Carta de 27/10/1768, in Doc Int., vol. IX p.26-27.

Desconhece-se a lavratura de qualquer documento a respeito, porém uma monção povoadora, pesadamente armada, a julgar por exemplos procedentes, deveria gastar cinco a seis dias para descer o Tietê outros dois ou três para subir o Piracicaba. O dia primeiro de agosto de 1767 deve haver assinalado a data da chegada ao porto. O Capitão-Mor ituano Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, é categórico quanto à efeméride. (8)

Barbosa trazia "a sua gente " que conseguimos perceber de forma individualizada, apesar do tempo, no Censo de 1773 (primeira parte da Lista). Pouco numerosa, dadas as circunstâncias mas, suficiente para implantar uma Povoação estratégica nos sertões do Piracicaba. Observe-se a Tabela 1.

Antigos Questionamentos

Apenas um detalhe inusual: a povoação de Piracicaba sediava-se no velho porto, junto ao Salto, em terras da sesmaria de Felipe Cardoso, e não na Barra, fato que se constituía em flagrante contradição com o que se apregoara no Bando comunicado em Araraitaguaba, no ano anterior. Este fato poderia causar espécie a um contemporâneo, habitante da freguesia de Araraitaguaba, mormente ao sesmeiro sucessor. O Capitão General determinara que a fundação da nova povoação de Piracicaba fosse na Barra para efeito de servir de apoio à navegação monçoneira, e não o foi. O fundador do forte de Iguatemi, Regente João Martins de Barros, solicitava, em sua correspondência com o Capitão General, que a povoação; de Piracicaba fosse transferida para a Barra mas, pouco adiantou, aquele fazia ouvidos moucos .

O Capitão André Dias de Almeida, que intermediava negócios com Barbosa, e que demandava, duas ou mais vezes ao ano, aquela Barra em direção do baixo Tietê, conhecia a verdade. A povoação não fora assentada no local pré-determinado. Malgrado o feitio autoritário e truculento do Capitão General, este aceitou a nova situação, o que, vem a corroborar a idéia de que conhecera a verdade e que, se Barbosa lhe desobedecera ordens, agindo de modo próprio, as coisas se acertaram. Entraram em jogo novos interesses, Barbosa tinha um inquestionável advogado o Capitão André Dias de Almeida homem da absoluta confiança do Morgado de Mateus.(9)

Sob certos aspectos, Piracicaba constituía, durante o séc. XVIII, uma prisão de águas, caminho sem volta para os desconhecedores das artimanhas do sertão, aqueles degredados da justiça colonial, particularmente da Ouvidoria de Itu. Tinha as suas belezas naturais .O célebre porto, imemorialmente conhecido, guardava o acesso à serraria de Araraquara (antiga área de mineração) que, por sua vez, antecedia aos Campos. Por estes se chegava à barranca do rio Paraná, donde se facilitava a conexão terrestre com Cuiabá, via Piracicaba.

18

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1988
Número 4

O porto de Piracicaba chegara a atrair, num passado remoto, os mais ousados monçoneiros, que o buscavam nas ocasiões de pestilência no Tietê ou nos meses de estiagem, através de um caminho terrestre dos mais difíceis; do rio Paraná varava-se o sertão NO e os Campos de Araraquara. Fora da estação propícia, assombrava a extrema dificuldade de subir o Anhembi, contra a corrente, chegando-se a contar cento e cinqüenta acidentes, entre saltos cachoeiras e corredeiras.

Reativando a Memória

A primeira experiência povoadora em Piracicaba ocorreu sob a premissa anterior, ao influxo dos caminhos sertanistas. Luis Pedroso de Barros, entre 1723 e 1724, abriu o Picadão pelo porto de Piracicaba a NO, através dos Campos de Araraquara, atingindo a barranca do Paraná. No interesse de ver transitar comboios e viajantes para Cuiabá antevendo as possibilidades de explorar comercialmente o caminho, estabeleceram-se nos anos subsequentes os primeiros sesmeiros do sertão de Piracicaba, entre eles o autor do segmento entre Itu e Piracicaba (via Capivari), Felipe Cardoso. O estabelecimento deste, ao pé do Salto, assegurava a sua posse sobre as duas margens do rio, mantendo-se, de permeio, o porto. O fracasso deste empreendimento ligou-se ao insucesso da estrada, mandada fechar, em 1730, por ordem de Portugal, que temia a evasão do ouro cuiabano. Toda a esperança num eventual arrependimento das autoridades logo se desvaneceu pois passou-se a praticar a estrada nova de São Paulo a Goiás através do vale do rio Mogi. A extensão da Capitania de São Paulo, em 1748, acentuou a decadência desta primeira tentativa povoadora, mas vestígios dela devem ter chegado até a segunda metade do séc. XVIII, influenciando na decisão do Barbosa de se estabelecer no mesmo porto. Até 1733, falou-se na documentação oficial das "canoas cuiabanas de Piracicaba" em alusão ao trânsito de Cuiabá ao porto e deste a Araraitaguaba.

A segunda experiência povoadora, sucedida em 1767, sob proteção oficial, foi conduzida com múltiplas finalidades estratégicas. A princípio, tratava de ocupar um sertão remoto, objetivando assegurar um ponto de apoio na retaguarda do Iguatemi e de provisionar as monções que chegavam à Barra do Piracicaba. No primeiro semestre de 1768, os objetivos se ampliaram, convertendo-se em novo projeto, eminentemente povoador, para as localidades de Potunduba, Avanhandava e Itapura, capaz de policiar o Tietê, combater os quilombos que se formavam nas suas margens, rechaçar ataques aos caiapós, e, quiçá, uma eventual infiltração castelhana.

Pesada missão para um Diretor Povoador, acompanhado de alguns parentes, meia dúzia de famílias pobres de povoadores

19

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

10) Antes da fundação de Piracicaba era tão alarmante a falta dos grandes lenhos para a construção das embarcações monóxilas, que o Morgado de Mateus chegara a propor a técnica dos barcos feitos no Douro com tábuas :por me livrar das canoas para as quais já aparecem poucos paus no mato ". Carta de 20/07/1767 in Doc. Int., vol. IX p.03-12.

e um punhado de "índios vadios, dispersos e vagabundos"! As novas funções implicavam num aumento extraordinário de despesas com os assentamentos de povos e respectiva assistência em mantimentos, ferramentas, sementes, bem como numa exageração das tarefas do Diretor Povoador.

Muito provavelmente, não era este o teor das instruções que o Capitão General de São Paulo concedera a Barbosa, entre novembro de 1766 e julho de 1767. Aqueles planos mais modestos, reservados pelo Morgado de Mateus à Piracicaba, cederam a outros, mais vastos e ambiciosos. Barbosa teve de aquiescer o projeto povoador do Tietê foi-lhe missão imposta, à qual não pôde esquivar-se flagrada a desobediência. Bastaram-lhe a ironia do Morgado de Mateus e as seqüelas do Real Serviço!

Além dos novos objetivos propostos, estavam em jogo outros interesses, a suscitar a reintegração daqueles sertões do Piracicaba e o seu importante porto (agora de valor estratégico redobrado) à posse da Coroa Barbosa omitira, intencionalmente, por questão de particular interesse, o local exato da fundação. Sabia que, executado o assentamento da comunidade a bem do Real Serviço, sem que houvesse intervenção do legítimo proprietário (o sesmeiro) no momento oportunamente previsto pelo Edital de 04/06/1767 acabavam derogados os antigos direitos. Arditoso, valeu-se da ignorância ou da negligência de Francisco Cardoso de Campos. Acreditamos haver respondido à interrogação formulada anteriormente quando aventamos o conflito de interesses na região, que se revalorizara em 1765 .

A Iniciativa Povoadora

O propósito de ocupação se definira em 1767 porém de antemão se esclarece inexistir qualquer forma de investimento governamental para estímulo ao desenvolvimento da nova povoação de Piracicaba, salvo no conserto de uma canoa velha. O Morgado de Mateus só investiu capital obtido do caixa do Vice-Rei (dez mil cruzados) nos preparativos para a expedição do Iguatemi. No que diz respeito à Piracicaba, procedeu-se de idêntica maneira quanto às demais iniciativas povoadoras custeadas pelos Diretores em nome do Real Serviço.

Os 100\$000 declarados por Barbosa nos censos de 1765 e 1767 dão conta da parcimônia e discrição das suas reservas de capital. A sua experiência no porto de Araraitaguaba logo o orientou para as reservas de madeira de Piracicaba, que tencionou explorar num momento dos mais propícios, dado o escasseamento das madeiras de construção das embarcações monçoneiras cada vez mais solicitadas (10). Salsaparrilha e agricultura eram secundárias, malgrado as recomendações do Morgado de Mateus.

Na intenção do Morgado de Mateus os recursos que pretendia aplicar nesta necessária ocupação estratégica da

20

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

paragem de Piracicaba logo ficaram por depender da fabricação das canoas, aquelas famosas embarcações produzidas a partir dos formidáveis padrões da floresta subtropical, cujos últimos exemplares se reduziam à bacia do rio Piracicaba. Em setembro de 1767, cerca de um mês após o assentamento da povoação o Morgado de Mateus ordenava ao Capitão-Mor de Itu Salvador Jorge Velho que assistisse Barbosa e sua gente mediante a promessa de reembolso com as rendas de Piracicaba. Tratava-se de um saque contra o futuro de forma a comprometer-lhe o presente. Piracicaba já nascia endividada, penhorada a sua produção de canoas e gêneros (11).

Modificados os planos em favor de um projeto mais ambicioso prevaleceu o mesmo pensamento expresso nas diversas oportunidades em que se fizeram adiantamentos em dinheiro ao Povoador de Piracicaba. Entre agosto de 1767 e dezembro de 1768, gastou-se muito, dadas as dificuldades do empreendimento em Piracicaba e ao assentamento de povoadores ao longo do Tietê acelerando-se o endividamento cumulativo, que corroe os resultados da produção artesanal do estaleiro. (12) Raríssimas vezes a Fazenda Real reembolsou o pagamento de fretes no traslado de populações; quando o fez, cobriu despesas somente até Piracicaba porque a Barbosa cabia a redistribuição e assentamento. (13)

As canoas de Piracicaba cobriam os investimentos coloniais e corriam "os mundos" da bacia platina sob a mão firme dos legendários pilotos, proeiros e mareantes de Araraitaguaba. As canoas da fatura do Barbosa abasteceram as expedições monçoneiras que demandavam Cuiabá para negócios, bem como aquelas que, por dez anos, transportaram a Iguatemi soldados, armas, povoadores, autoridades, alimentos e todo tipo de socorros. As canoas, esta riqueza gerada em Piracicaba, produziam-se a partir das reservas da mata numa forma mista de economia extrativa e de manufatura, orientadas para a exploração capitalista. Desconhece-se o montante da sua produção por faltarem documentos da Alfândega.

Por razões conjunturais e estruturais, esta riqueza não se fixou nem gerou acumulação em Piracicaba, evadindo-se para os centros mais dinâmicos do Vale Médio do Tietê dispersando-se nas novas frentes pioneiras ou caindo em mãos de capitalistas de Itu e Araraitaguaba. Para facilitar o desenvolvimento do projeto de povoação do Tietê, proporcionou-se uma forma pouco original de ajuda, através de operações de transferência de capital da parte de alguns emprestadores de dinheiro ao Diretor Povoador de Piracicaba que se comprometia a resgatá-las com o produto das vendas das canoas (14). De certa maneira, o Capitão André Dias de Almeida era o fiador destas operações, pois guardava o compromisso assumido junto ao Morgado de Mateus de dar prioridade, nos negócios do porto, às canoas de Piracicaba que

(11) A assistência que Salvador Jorge Velho devia proporcionar a Barbosa não só, era necessária à subsistência da gente que para lá se encaminhava para efeito de dar povoamento. Como se afixava em Portaria: "todo o gasto com que lhe assistir, lhe pagará o mesmo Povoador das canoas e frutos que colherem os mesmos povoadores de Piracicaba e também dos mesmos que a ele pertencerem" Portaria de 18/09/1767, Doc. Int., vol LXV, P. 181.

(12) Felix Godoy fora absolvido da prisão mediante o compromisso de ir governar uma das povoações, prestes a ser implantadas ao longo do Tietê. Em março de 1768 Barbosa recebe ordem do Morgado de Mateus através de Salvador Jorge Velho de prestar assistência aquele referido, a fim de facilitar-lhe o estabelecimento, de preferência em Avanhandava. Cartas de 19/02/1768 e 10/03/1768 Doc. Int., vol. V, p. 76-78.

21

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

(13) É o que se depreende da ordem expedida pelo Morgado de Mateus á provedoria com a intenção de efetivar-se o pagamento de dezessete mil e poucos cruzados em favor do capitão André Dias de Almeida e de Barbosa, os quais foram distendidos na "conduta e arrumação dos presos que foram para Piracicaba". Ordem expedida em 13/08/1768 Doc. Int., vol.V, p.80.

se apresentavam à venda, estratégia com que apaziguavam os credores e estimulava o produtor. Também era ele forte capitalista, e, mais de uma vez, adiantou dinheiro para ajudar Barbosa em suas operações ao longo do Tietê com assentamento de povoadores ou de sertanismo nos Campos de Araraquara (1770) e Iguatemi (1772). Dívidas (e, certamente juros) eram pagas com as preciosas canoas. Na ausência do Capitão André, pressionavam Barbosa outros prepostos, entre eles o famoso Ajudante de Ordens Theotônio José Juzarte, em 1769, quando da célebre demanda das "sete canoas".

As constantes referências às canoas e operações de negócios do Barbosa na barra do rio Piracicaba com o Tietê e em Araraitaguaba, são dados insuficientes para se analisar, quantitativamente a produção da comunidade. Desconhecemos o impacto original daquelas primeiras forças produtivas, apenas nos atrevemos a algumas projeções com base na documentação da época do Morgado de Mateus.(15) (Tabela 2).

TABELA 2
DADOS SOBRE O COMÉRCIO DE CANOAS

ANO	Nº DE CANOAS	VALOR APROX. 64\$000
1767	05 a 010	320\$000 a 640\$000
1768 a 1774	70 a 140 (10/20 ao ano)	4:480\$000 a 8:960\$000
1775 a 1777	15 a 024 (05/08)	960\$000 a 1:536\$000
TOTAIS	90 a 174	5:760\$000 a 11:136\$000

22

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1986
Número 4

Observamos que o intenso desgaste a que eram submetidas as canoas monçoneiras, dadas as condições da navegabilidade do Tietê, exigia renovação anual sobre alta percentagem dos efetivos, podendo absorver inteiramente a produção de Piracicaba. Durante os dez anos de sobrevivência do forte do Iguatemi, partiam de Araraitaguaba, em média três, expedições por ano, com cerca de doze a quinze canoas. Os comerciantes que se encaminhavam para Cuiabá armavam flotilhas menores, de quatro a seis canoas, duas a três vezes ao ano.

As Relações de Produção

Acham-se apenas insinuadas as relações de produção no Censo de 1773 e nas cartas do capitão-Mor de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, as quais denunciam os conflitos entre o Diretor e os vigários. O mais antigo Censo que se tem em conta, o de 1775, pouco esclarece. Assim a descoberta de um novo documento, o Censo de 1773 revelou-se providencial pois ali se configura o cerne daquela que constituiu a primeira sociedade, ou seja, a estrutura social da qual derivam as relações de poder na povoação de Piracicaba. O documento permite observar a presença dos homens livres, ao lado de outras em visível situação servil, eufemisticamente, declinados "forros" e os escravos propriamente ditos, enquanto se acende alguma luz sobre a forma de produção dos gêneros e das canoas. Provavelmente, os carpinteiros se arrolavam entre os parentes (ou agregados: um irmão e três cunhados) e os forros todos enquadrados nas Esquadras, deixando supor que a produção das canoas estivesse sob a coordenação e apropriação do Barbosa a serviço dos interesses do seu governo, como revelam os documentos conhecidos. O esquema previsto no Censo sugere uma divisão de trabalho baseada nestas condições oferecendo oportunidade de baixo orçamento em mão de obra e altos lucros ao empresário do estaleiro. A produção dos gêneros na agropecuária, entre os homens livres e alguns forros, vem sob a especificação "a meia", reforçando o que se supunha quanto a expropriação dos povoadores sobre grande parte dos alimentos, a fim de dar sustento a Casa de Barbosa ou assistir os monções na Barra.

É fato que a gente indesejável nas Vilas ou Freguesias era remanejada para novas frentes de povoamento e entregue aos Diretores Povoadores. Contendas locais, crimes, perseguições, desencontros, desavenças ensejavam os banimentos. Noutras circunstâncias eram as expropriações que motivavam êxodos rurais para Piracicaba e outras comunidades, como ocorreu, entre 1769 e 1771. Antônio Corrêa Barbosa continuamente recebia novos moradores que nem sempre se fixavam.(16)

Tais iniciativas devem ser entendidas no contexto da época, eram formas para dar desenvolvimento a Piracicaba e cumprimento aos compromissos assumidos com o Capitão General. Observem na Tabela 3 os coeficientes relativos a condição social dos integrantes da primeira sociedade, como nos revela o Censo de 1773.

(14)Entre novembro de 1768 e maio de 1769, Barbosa esteve em apertadas dificuldades diante das reiteradas cobranças que lhe eram feitas pelo Morgado de Mateus e seus prepostos a respeito do endividamento a que se submetera por cumprimento às tarefas do seu Real Serviço. O empréstimo de duzentos e treze e tantos mil réis" fora efetuado junto ao capitalista Francisco da Cruz, de Itu, sob a palavra de ressarcir-lo mediante o produto de sete canoas que seriam postas no porto de Ararataguaba até o final do mês de setembro daquele ano, pois era sabido que os grandes negócios de vendas se efetuavam entre outubro e janeiro, quando partiam as monções para Cuiabá e Iguatemi. Como a palavra não foi cumprida, o Morgado de Mateus viu-se "lembrado" pelo emprestador e admirou-se não apenas do montante,

23

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

mas também da existência de empenhos anteriores em mão de outros fornecedores de dinheiro, como Manoel José Gomes e o próprio Cap. André Dias de Almeida. A inadimplência e o endividamento cumulativo do Diretor Povoador de Piracicaba valeram-lhe a acrimoniosa censura do Morgado de Mateus e o corte do seu crédito. Em janeiro de 1768, este comunicou a seu Ajudante de ordens Theotônio José Jusarte em Araraitaguaba, que podia finalmente pagar aos credores porque: "O Povoador de Piracicaba me consta ter mandado quatro canoas para este porto e as outras se ficam varando do mato". Porém a dívida só foi, efetivamente, paga em maio daquele ano. Segundo comunicação do próprio Morgado de Mateus a Romualdo José de Pinho, seu novo Ajudante de Ordens em Araraitaguaba. Confira-se nas Cartas de 03/11/1768 para Antônio Corrêa Barbosa, para

TABELA 3

DADOS SOBRE A POPULAÇÃO DE 183 INDIVÍDUOS (CENSO 1773-DAESP)		
LIVRES (RECONHECIDAMENTE)	73	39,89%
FORROS E OUTROS FEITOS LIVRES	103	56,28%
ESCRAVOS	07	03,82%

A Voz de uma Nova Testemunha

O Capitão-Mor de Itu assegura em sua Memória sobre o traslado da Freguesia em 1784, que a primeira sociedade piracicabana não fora unicamente constituída pela "arraia miúda" do Terceiro Estado, que outros elementos de melhor qualidade também haviam concorrido para o povoamento. Esta afirmação parece confirmar que houve um pequeno surto de prosperidade nos primeiros anos após a fundação pois Barbosa foi promovido a Capitão de Ordenanças, em 1771 e o documento, onde se lhe confere a Patente, afirma que a Povoação de Piracicaba já possuía mais de duzentos habitantes, número julgado suficiente para se estabelecer uma Companhia de Ordenanças.

Até o presente, desconhecemos qualquer arrolamento sobre adventícios da referida "melhor qualidade", os quais se constituíam elementos indicadores de progresso. Apenas recentemente, interessante documento revelado no Museu "Convenção Republicana de Itu" esclareceu-nos a primeira realidade daquela gente povoadora. Pudemos escutar uma voz que nos chegava do passado.

O Pe. Miguel Corrêa Pacheco, piedoso Vigário da Igreja Matriz de N.S. da Candelária, escreveu para a jornal "O Ituano", edições de nº 6 e 7, e ano de 1874 um trabalho de memória na forma de crônica, o qual vem providencialmente, iluminar aqueles primeiros tempos tão faltos de documentação. Trata-se do artigo intitulado "Origem e Povoamento da Atual Cidade de Piracicaba". O trabalho do venerando Pe. Miguel é verdadeiro libelo contra os abusos de poder do capitão General de São Paulo o Morgado de Mateus bem como da parte daqueles que lhe caíam nas graças, especialmente denunciados por sua liberalidade para com ele. Referia-se, particularmente, a um especial protegido e valido, o Coronel Policarpo José de Oliveira, da vila de Santana de Parnaíba. Este tornara-se o responsável por alguns daqueles famigerados aldeamentos, depósitos de desgraçados bugres, chamados oficialmente por "administrados", aos quais explorava segundo os seus próprios interesses e fantasias. A série

24

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

"Documentos Interessantes", publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo fornece farto material sobre este coronel ou capitão durante o governo do Morgado de Mateus.

O Pe. Miguel o denuncia por expropriador dos lavradores da região, gente ignorante e intimidada, qual submetia através de perseguições e atemorizações, forçando-a a abandonar os seus sítios e todos os haveres, lançando-os na estrada, sob a maior penúria, em busca de povoação onde pudesse se estabelecer. Fatos desta natureza haviam ocorrido no populoso bairro de lavradores da vila de Santana de Parnaíba, conhecida por Morro Branco, do qual o Capitão acabou se assenhoreando sem que os pobres lavradores oferecessem resistência ou recebessem proteção da Ouvidoria .

Preferimos transcrever, parcialmente, as palavras do Pe. Miguel, nossa testemunha ocular: "Já se achavam nestes tempos com grandes créditos de fertilidade as terras da nova colônia de Piracicaba e seus preços quase nulos: tornou-se, então, Piracicaba refúgio de todos esses pobres e ignorantes habitantes do Morro Branco, emigrando em sua quase totalidade para lá, onde trocavam boas terras por um cavalo e não tinham a temer o grande potentado. Era Piracicaba sua providência neste amargurado transe de suas vidas e famílias. As notícias do bom arranjo e estabelecimento dos parnaíbas em Piracicaba ainda atraiu a emigração de um bairro de Cabreúva, próximo do bairro de Pirai, pertencente a Itu, onde nesse tempo nossos pais formavam seu estabelecimento agrícola". Linhas adiante, o Pe. Miguel refere que, de passagem pelas terras dos seus progenitores, aqueles expropriados explicavam: "O Coronel Policarpinho tomou nosso sítio e nosso único recurso é ir procurar sítio em Piracicaba.. " Conclui a seguir: "Tais foram o começo da atual cidade de Piracicaba. Tais são as coisas do mundo! Ontem, degredo, selvageria, lágrimas e desgraças. hoje, liberdade, vida, riqueza, proeza!"

O belo artigo não se arremata sem uma referência ao destino do Coronel Policarpo de Santana de Parnaíba: morto e transformado em alma penada presa a horríveis suplícios aparecendo aos assustados viajantes ora em carro de fogo ora gemendo e pedindo que atirassem os seus despojos no rio Tietê.

O Pe Miguel referia-se à colônia em vez de à Povoação, certamente por influência dos projetos da época sobre a implantação de colônias em Itapura, em Avanhandava, etc. Fez menção à fertilidade das terras, influenciado, ainda, pelo que se propalava sobre Piracicaba no final do séc. XVII, quando se tornou fronteira agrícola no velho Oeste Paulista. Vimos que nos primeiros tempos do governo do Barbosa praticava-se agricultura de subsistência e que o forte da economia Piracicabana era a produção das canoas. O autor oferece dados da sua memória na infância e reflete a cultura da época em momento em que

Theotônio José Juzarte e para Francisco da Cruz. Carta de 16/11/1768 para Antônio Corrêa Barbosa. Cartas de 26/11/1768 e de 21/01/1769 para Theotônio José Juzarte. Carta de 18/05/1769 a Romualdo José de Pinho. In Doc. Int., vol. V p.88-146.

(15) Os orçamentos executados em 1766, concementes à expedição Iguatemi dão conta dos seguintes cálculos: canoão em bruto geralmente de 13 a 15 metros de comprimento era avaliado em 64\$000 Adicionando-se a fatura dos remos (2\$080) e da bordadura (4\$000) que podiam ser executados em Araraitaguaba, o valor da unidade subia para 70\$080 Oapetrechamento (carga) era orçado em 64\$420. A armação com sustento por seis meses para cada canoa (16 indivíduos: 10 passageiros e 6 mareantes) chegava a 119\$120. Portanto uma canoa saída do porto de

25

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

Araraitaguaba para descer o Tietê não orçava por menos de 253\$620. De Piracicaba partiam as canoas em bruto, provavelmente. Nem todas eram orçadas em 64\$000, pois havia de outros tamanhos, mais baratas, como aquelas sete que Barbosa se comprometera a entregar por pagamento de dívidas. O que fazia priorizar as canoas de Piracicaba sobre as demais era, justamente, o porte, uma vez que rareavam os altos padrões no Vale Médio do Tietê: ximbó, peroba rosa jequitibás.

Confira-se em Carta de 05/10/1766 in Doc. Int., vol. LXXIII, p.24 e Carta de 24/07/1767 in Doc. Int. vol. IX p.14-17

(16) Barbosa esteve continuadas vezes, a receber gente para Piracicaba ou para as localidades do Tietê durante o governo do Morgado de Mateus. Em Janeiro de 1768 foram expedidas remessas de

Piracicaba despertava admiração pelo crescimento e ainda não abandonara a denominação oficial de Vila da Constituição. Ele esclarece com grande propriedade, os movimentos daqueles agricultores livres, expropriados os seus sítios, atraídos pelas perspectivas da fundação em Piracicaba, onde as terras férteis, mas desvalorizadas, permitiam barganha por uma cavalgada. Certamente, o antigo caminho para Itu, através do sertão do Capivari, voltava a ser transitado depois da fundação de Piracicaba, liberando-se, em parte o trajeto das Águas. A versão da "redescoberta" chegou-nos ao séc. XX, sob a forma lendária, conforme a conhecemos na infância.

Os mencionados pobres lavradores arrivistas constituíram a gente de melhor qualidade denunciada pelo Capitão-Mor de Itu lavradores do Morro Branco e de Cabreúva, provavelmente chegados entre 1768 e 1771, justificando o pequeno surto de progresso denunciado na carta Patente de 1771. Provavelmente alguns deles constam entre os Povoadores no Censo de 1773 mas é sabido que esta gente era carreada para outras frentes de povoamento às vêzes, contra a vontade (Iguatemi), ou atiravam-se para outras bocas de sertão, fugindo ao recrutamento, vivendo em sítios volantes, barbarizando-se, dispersando-se, passando de uma povoação para outra, perecendo. De tantas famílias erradicadas do Morro Branco ou de Cabreúva, algumas se efetivaram em Piracicaba, chegando ao Censo de 1773 e a outros posteriores.

Remexendo Papéis no Arquivo

Desconhecemos qualquer Censo referente aos anos imediatos à fundação de Piracicaba. Percorremos Maços de População de Itu sem nada encontrar sobre Piracicaba, entre os anos de 1767 e 1773. Até o presente momento, o único Censo revelado e comentado pelos historiadores Mário Neme e Maria Celestina Teixeira Mendes Torres é a de 1775, tido como documento base do processo povoador.

Tive a felicidade de encontrar, em 5/6/1991, no Arquivo do Estado de São Paulo, a "Lista Geral de todos os Moradores do Distrito da Vila de Itu", referente ao ano de 1773, apenas seis anos posterior à fundação. Não deve ser o mais antigo mas, na falta desse, passa a ter importância primaz. A importância cresce porque significava, na época em que foi exarado, uma amostra concreta da primeira sociedade, e, certamente, influiu, de modo decisivo, para a criação da Freguesia de Piracicaba, no ano seguinte (1774).

Preferimos começar por descrever o documento em seus aspectos formais: o velho papel procedente do Reino com a marca d'água, amarelecido, corroído pelo tempo; a difícil letra

26

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

escrita à tinta ... por que mãos? Esteve tanto tempo perdido entre os papéis do tempos coloniais e, não obstante, se presta a aclarar momento excepcionalmente importante da vida de uma comunidade paulista. A mediação passado-presente proporciona análise crítica do historiador, debruçado sobre o documento, alcança uma nova dimensão, ao tempo, diacrônico. Como a imagem que se "descongela" na TV, o documento desbotado passa a "falar", isto é, a decodificar-se na categoria Tempo.

A rústica encadernação que contém a "Lista Geral de Todos os Moradores do Distrito da Vila de Itu", elaborada no ano de 1773, contém a organização, em duas Partes, dos 608 Fogos ou Lares do Distrito, especificando uma sucessão numérica para cada morador tido por cabeça de família, enquadrando-o na divisão pré-estabelecida das Companhias de Ordenanças e suas subdivisões de Esquadras, abrangendo tanto o circuito urbano como os bairros rurais e as freguesias. Acompanhando o nome do declarado constam os seus familiares, esclarecimentos sobre parentesco, corpo da escravaria e montante aproximado da produção. Certamente, haverá falhas e omissões, porém se esclarece o possível em tempos coloniais.

Verificamos que Piracicaba está inserta na primeira parte desta Lista Geral (encadernação com 320 Fogos), logo em seguida aos bairros rurais de Itu e não se avizinha da listagem da Freguesia de Araraitaguaba. O último bairro citado é o da Forquilha, em Itu, havendo a declaração de número 303 por bem de um morador ituano. Reserva-se destaque para Piracicaba, mas não se especifica tratar-se de povoação ou freguesia. A declaração que sucede a do referido morador ituano, faz-se precedida pelo número 304, é afixada debaixo do Sub-título: "Moradores de Piracicaba", havendo por bem a Antônio Corrêa Barbosa com a sua mulher, três filhos, onze agregados (parentes), cento e três forros e sete escravos, totalizando 126 indivíduos sob a sua regência de Diretor Povoador. Observe-se a Tabela 4, que completa a Tabela 1.

Piracicaba, Crisálida

A listagem censitária de Piracicaba, relativa a 1773, vem copiada na primeira Parte, em seqüência natural ao bairro da Forquilha (declaração nº 303), adscrita à 1ª Cia. de Ordenanças da Vila de Itu, cujo comandante era o Sargento-Mor Antônio Pacheco da Silva. Talvez seja da sua lavra a "letra feia" que transcreveu os 320 fogos da 1ª Cia. A segunda parte da Lista Geral, correspondente à 2ª Cia. de Ordenanças do Distrito da Vila de Itu, a qual era comandada pelo Capitão Joaquim de Meira Siqueira, vem sob a apresentação de bela caligrafia executada por seu genro, o Alferes Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho.

vagabundos" que deveriam ser entregues ao Povoador de Piracicaba para os arrancar e os governar na forma das ordens de S. Majestade. Este é a teor da Portaria de 26/01/1768 in Doc. Int. vol. V p.73-74.

27

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

TABELA 4**O CABEÇA E SEUS FAMILIARES (CENSO 1773-DAESP)**

	DECLARADO	IDADE
	ANTÔNIO CORRÊA BARBOSA	39*
	ANA DE LARA	23
	JOÃO	07
FILHOS	ALEXANDRE	02
	BÁRBARA	04
	JOÃO BARBOSA	38*
IRMÃOS SOLTEIROS	GERTRUDES	26
	RITA	22
CUNHADO	ANTÔNIO COELHO DA SILVA	32
IRMÃ	URSULA	18
	VICENTE COELHO	18
	ANGELA	20
	JOSÉ FLORES DE MORAES	28
	ISABEL	29
FILHAS	ANA	04
	MARIA	02

*OBS. IDADES INCORRETAS: 42 E 40 ANOS,
RESPECTIVAMENTE

28

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

Ano IV 1988
Número 4

Desperta curiosidade o arrolamento dos forros e escravos debaixo do critério qualitativo-quantitativo das três Esquadras, que, provavelmente, devem ter sido organizadas em 1771, quando Barbosa foi nomeado Capitão de Ordenanças da futura Vila, num momento promissor. Observamos que ali se acham inscritos aqueles "administrados, carijós, dispersos e vadios" (caboclos e mulatos), denunciados pelo Dr. Vicente, que a sorte distribuirá no Vale Médio do Tietê e alhures, mas que eram remanejados por mando do Capitão General, através dos seus Capitães-Mores e prepostos. Aqueles cento e dez indivíduos, somados à família patriarcal de Barbosa (dezesseis componentes), provavelmente constituíram o embrião da sociedade instalada em primeiro de agosto de 1767, junto ao porto de Piracicaba.

É interessante notar que apenas este componente original (família de Barbosa e forros) está ajustado à formação das Esquadras. Na primeira Esquadra, excluindo-se a família de Barbosa, incluem-se dezessete indivíduos, todos do sexo masculino; há ausência de crianças, sendo a única que possui oficial Cabo nomeado. Na segunda Esquadra aparecem cinco casais com filhos, onze homens e três mulheres avulsos, totalizando 34 indivíduos. Na terceira Esquadra aparecem seis casais com filhos, seis homens e vinte e quatro mulheres (sendo algumas mães com os respectivos filhos), totalizando cinqüenta e dois indivíduos, onde predominam mulheres e crianças.

Observamos que a disparidade numérica entre as Esquadras é meramente aparente. Na verdade, guarda-se um certo equilíbrio entre as mesmas. Não fosse a inexperiência do censor, deveriam constar na primeira Esquadra, de maneira discriminada, a família completa de Barbosa, o que elevaria de fato o total numérico para trinta e três indivíduos, dos quais, vinte e oito indivíduos (homens e mulheres, excetuando as cinco crianças) eram válidos para o trabalho. Na segunda Esquadra, excetuando as doze crianças, observamos quinze homens e sete mulheres, correspondendo a vinte e dois indivíduos válidos para o trabalho. Na terceira Esquadra, excetuando-se as treze crianças, observamos nove homens e vinte e uma mulheres, correspondendo a trinta indivíduos aptos para a trabalho.

Na primeira Esquadra, pressupõe-se que o censor classificou a elite dos carpinteiros, incluindo-se os parentes (irmão e três cunhados), de que tanto necessitava o capitão Antônio Corrêa Barbosa. Apenas encontramos dois agricultores declarados, um na segunda e outro na terceira, fazendo-nos antever, pelo volume da produção agrícola, que, nos primeiros anos, o forte da economia de Piracicaba não se achava na agricultura e na pecuária.

Quanto às faixas etárias, destes cento e vinte e seis indivíduos notamos que cerca de cento e quinze deles (91,26%), possuíam idade abaixo de quarenta anos (incluindo as crianças com menos de doze anos), e que apenas onze deles (8,73%)

29

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

possuíam idade acima de quarenta anos. A constatação permite caracterizar, "a gente do Barbosa" como uma coletividade relativamente jovem e apta para a produção.

Outro fato, contido no Censo de 1773, desperta curiosidade do examinador. A segunda parte da "Lista Geral de todos os Moradores do Distrito da Vila de Itu" iniciado sob o número de ordem 315, correspondente ao primeiro declarado, o Vigário da Vara, Dr. Manuel da Costa Aranha, deixando em branco duas seqüências de Fogos pertencentes à primeira parte, encerrada com a relação de Piracicaba. Tudo indica haverem sido suprimidos dois Fogos ou que a Freguesia de Piracicaba perdesse duas Casas, duas famílias de povoadores que, originariamente, se declaravam sob os números de ordem 313 e 314. A inferência se justifica diante do que se afirmava na Carta Patente de 1771, pela qual Piracicaba possuía mais de duzentos habitantes, aparente razão do estabelecimento das Esquadras e da nomeação de Barbosa a seu capitão de Ordenanças. Portanto, entre 1771 e 1773, Piracicaba perdesse habitantes.

Estranhamente, os povoadores individualizados, isto é, aqueles que não integram o arrolamento da "gente do Barbosa" não se acham incluídos no sistema de Esquadras, contrariando as determinações do Capitão General. Não se atribua a alguma desobediência do Diretor Povoador mas, à falha do censor, que deve haver transcrito às pressas a "gente do Barbosa" constante de um censo ou relação anterior. O fato é que os oito Fogos, declarados entre os números de ordem 305 e 312, sem nenhuma observação de precedência ou sub-título, simplesmente, justapõem-se. Na verdade, trata-se de seis famílias, pois a Casa dos Gonçalves Ribeiro foi transdobrada. Em sua maioria, constituem famílias nucleares, algumas com numerosos filhos e sem nenhuma escravaria, gente muito pobre na origem e que se predispôs à vida numa boca de sertão, por razões declinadas, linhas atrás.

Dentro da ordem sequencial acham-se declarados: Francisco Rodrigues (mulher e nove filhos), João Luís (mulher e cinco filhos) Bernardo Garcia (mulher, três filhos e sua velha mãe), Francisco Pires (mulher e nove filhos), Domingos Gonçalves (mulher e dois filhos solteiros), Bento Gonçalves filho do anterior (mulher, quatro filhos e cinco agregados), Vicente Gonçalves filho de Domingos (mulher e um filho) e Francisco de Tal (mulher e dois filhos).

Totalizava-se uma coletividade de cinquenta e sete indivíduos, dos quais treze (13) possuíam idade acima dos quarenta anos (22,80%); quarenta e quatro (44), possuíam idade abaixo dos quarenta anos, incluindo-se nesta cifra as próprias crianças (77,19%). Consideramos crianças para a época, aquelas com idade abaixo dos doze anos, o que dá uma cifra de dezessete indivíduos (29,82%). Portanto, prevalecem os indivíduos aptos para o trabalho, lembrando-se que todos eram agricultores à

exceção de Bernardo Garcia e Francisco de Tal (sic). Observe-se a Tabela 5.

Coeficientes e Extração Social

A avaliação quantitativa da população de Piracicaba, em 1773, atingia total aproximado de 183 habitantes em seus nove Fogos, reforçando o que já disse sobre as inconstâncias dos despossuídos ou dos desajustados na sociedade paulista, bem como as perdas em relação a 1771.

TABELA 5 - A PRIMEIRA SOCIEDADE CONHECIDA DE PIRACICABA (CENSO 1773-DAESP)

A PRIMEIRA SOCIEDADE CONHECIDA DE PIRACICABA (CENSO 1773-DAESP)											
ORD	CABEÇAS E DEPENDENTES	Nº INDIV.	SEXO		ADULTOS		MENORES(*)		FILHOS		
			M	F	M	F	M	F	Nº	M	F
01	ANTONÔNIO C. BARBOSA	126	61	65	50	49	11	16	03	02	01
02	FRANCISCO RODRIGUES	11	06	05	03	03	03	02	09	05	04
03	JOÃO LUIS DO PRADO	07	03	04	01	01	02	03	05	02	03
04	BERNARDO GARCIA**	06	04	02	02	02	02	-	04	03	01
05	FRANCISCO PIRES	11	04	07	02	04	02	03	09	03	06
06	DOMINGOS G. RIBEIRO***	04	02	02	02	02	-	-	02	01	01
07	BENTO GONÇALVES	11	08	03	02	05	03	01	04	03	01
08	VICENTE GONÇALVES	03	02	01	01	01	01	-	01	-	01
09	FRANCISCO DE TAL	04	01	03	01	03	-	-	02	-	02
TOTAIS GERAIS DE:		183	91	92	64	70	24	25	39	19	20

* São menores de 18 anos.

** Na família de Bernardo Garcia existe uma agregada, Rosa Maria, sua mãe.

*** Domingos Gonçalves Ribeiro é pai de Bento Gonçalves e Vicente Gonçalves.

31

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

Para o Capitão de Ordenanças e Diretor Povoador de Piracicaba, devia ser importantíssima a manutenção das Esquadras com gente fixa ("a sua gente"), conquanto o coeficiente móvel dos demais povoadores pudesse antecipar ou retardar a implantação do pelourinho, o ambicionado padrão de Vila. Notamos que, sob o governo do Morgado de Mateus, o governo municipal chegou a ser concedido a comunidades muito jovens, com cerca de duzentos habitantes ou mais. Talvez não conviesse a certos interesses a pronta ereção da Vila em Piracicaba.

Repassando os dados do censo, constatamos haver uma população total aproximada de cento e oitenta e três (183) indivíduos, dos quais apenas vinte e quatro (24) se achavam acima dos quarenta anos, mas em idade de trabalhar, em sua maior parte (13,11%). Cerca de cento e cinquenta e nove (159) indivíduos, possuíam idade abaixo dos quarenta anos, incluindo as crianças (86,88%), havendo quarenta e nove (49) indivíduos menores de doze anos (26,77%). O total aproximado de indivíduos relativamente jovens alcança 60,10%. A grosso modo, inferimos que cerca de 70,00% da população de Piracicaba, entre homens, mulheres e jovens acima de doze anos, se achava em condições de trabalhar, o que constitui cifra bastante expressiva em favor da dinâmica da produção.

Estas revelações do Censo de 1773 são muito interessantes para as Ciências Humanas em geral. Relevem-se as falhas. Os melhores censores eram os párocos e vigários das comunidades, mas Piracicaba terá vigário colado (Freguesia) apenas em 1774. Comparativamente, o Censo de 1775 é muito mais organizado nos padrões da época, porém omite a composição das Esquadras e silencia a respeito da relação que Barbosa mantinha com "a sua gente". Por conseguinte, as "falhas" do Censo de 1773 acrescentam-lhe grande mérito, ajudam a fazer o "passado falar", proporcionando maior historicidade no tempo diacrônico.

Finalmente, nos é dado observar que, na comunidade original, sob a ótica do censo de 1773, não devia excetuar-se ninguém do Terceiro Estado; fosse entre o reduzido número de povoadores (os oito fogos de homens livres, de origem mais recente e tidos pelo Capitão-Mor de Itu como gente de melhor qualidade), fosse entre a Esquadras. Apenas Barbosa acabava de ilustrar a sua Casa, mais particularmente, a sua família nuclear, mediante a Carta Patente de Capitão de Ordenanças.

Desde o início do seu governo, o Morgado de Mateus manifestara intenção de valer-se dos grandes préstimos dos paulistas, acenando-lhes com títulos e promessas de enobrecimento. Vimos que o Capitão de Ordenanças Antônio Corrêa Barbosa, até 1771, mantinha os costados entre o Povo (Terceiro Estado). A sociedade piracicabana só viria a receber a contribuição de outros elementos, recentemente enobrecidos e até alguns brasonados, no final da penúltima década do séc. XVIII.

A Produção em 1773

A relação dos agricultores inclui seis povoadores (Francisco Rodrigues, João Luís do Prado, Francisco Pires, Domingos Gonçalves, Bento Gonçalves e Vicente Gonçalves) e dois "forros" ou integrantes de Esquadras (Francisco de Lima, 2^a E. e Inácio Pedroso, 3^a E.), justapondo-se a cada nomeado a sua condição perante a terra, de proprietário ou posseiro.

- "Tem terras"- a expressão qualificadora diante dos seis povoadores se singulariza diante da outra expressão - "possui umas terras" aditada ao nome de Francisco de Lima (2^a E.). Diante de Inácio Pedroso, nada consta. Em todos os casos, se especifica quanto ao resultado da produção - "colhe de meia", pressupondo-se que o parceiro não declarado nesta meação fosse o Diretor.

Excetuando os agricultores acima nomeados, que "tinham terras", fora do âmbito do estaleiro, toda a prática agrícola, seja na forma de "Posse" ou "a favor", ficava adscrita ao chão ocupado por Barbosa, em 1767, o qual ele haverá de conservar para os seus herdeiros, mesmo ausente de Piracicaba.

A questão da distribuição da terra e sua ocupação, por propriedade ou posse, na margem direita, durante o séc. XVIII, ainda está por ser estudada. É sabido que a Coroa, através dos Diretores Povoadores conferia a posse de pequenas glebas que, posteriormente, acabavam confirmadas, mas não consta que tal procedimento tivesse lugar na margem direita, dadas as condições da fundação. Tudo indica haver um único senhorio, entre os ocupantes do porto de Piracicaba e adjacências, pois foi na condição de proprietários herdeiros que os filhos de Barbosa venceram as terras à beira do Salto, em 1827, a dona Maria de Arruda do Amaral. (17)

Outra questão curiosa diz respeito ao valor da terra em Piracicaba, naquela época. Pe. Miguel Corrêa Pacheco refere-se àqueles expropriados pelo Cel. Policarpo que buscavam a Povoação do Barbosa, entre 1767 e 1775, atraídos pela fama das terras férteis e tão baratas, que se podia barganhá-las por um cavalo. Pudemos verificar que os preços na época, constatando-se que um cavalo de boa andadura, capaz de cobrir grandes percursos se achava muito bem avaliado, em 1772, em cerca de 8\$000. A título de comparação lembramos que um boi carreiro, nestas mesmas condições orçava em 4\$000 e um boi para sustento em 2\$000. (18)

A produção agrícola de Piracicaba não era grande, dadas as absorventes condições de trabalho no estaleiro. Parece, mesmo, insuficiente para aqueles 183 indivíduos. Chamam atenção as 37 arrobas de algodão fiado, fazendo supor algum artesanato bem sucedido de panos. Lembramos que o Morgado de Mateus procurava, desde 1765, estimular o plantio do algodão

(17) Escritura pública de venda, passada na Vila de São Carlos (Campinas), por Antônio Corrêa Barbosa (e esposa) e sua irmã Cecília Barbosa de Almeida (filhos do Capitão Antônio Corrêa Barbosa e sua esposa Da. Ana de Lara) de umas partes de terras na beira do Salto de Piracicaba (margem direita), que se achavam encravadas em terras da compradora, Da. Maria de Arruda do Amaral. Cartório do 1^o Ofício L. nº 2, f. 53.

(18) Em 1772 o Morgado de Mateus efetuou cálculos para o deslocamento por terra ou por rios, de um Regimento de 800 homens a serem comandados pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria de São Paulo a Iguatemi. Orçamentos, in Doc. Int. vol. LXIX, p. 233 a 237.

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

na Capitania de São Paulo, mandando buscar tecelões no Rio de Janeiro para ensinar os produtores. A vila de Itu desenvolveu, com êxito, a lavoura algodoeira, arrastando os seus bairros rurais e a sua Freguesia de Araraitaguaba. Não é de admirar-se que o algodão também fosse estimulado em Piracicaba.

TABELA 6 - A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE PIRACICABA, CENSO 1773-DAESP

TABELA 6 - A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE PIRACICABA, CENSO 1773-DAESP							
Nº	AGRICULTOR	ALGODÃO	FEIJÃO	MILHO	ARROZ	FUMO	GADO
1	FR. DE LIMA 2º E	25	03	03			04 02
	- POSSUI TERRAS -						B C
2	INÁCIO PEDROSO 3º E		05	06	50		11 20
	- NADA CONSTA -						P C
3	FR. RODRIGUES povoador	100	07	10		08	04 02 10
	- TEM TERRAS -						P C
4	JOÃO DO PRADO povoador	50	05	12		12	
	- TEM TERRAS -						
5	FR. PIRES povoador	80	07	12			02 10
	- TEM TERRAS -						P C
6	DOMINGOS RBRO povoador	70	08	12			02 10
	- TEM TERRAS -						P C
7	BENTO GONÇALVES POVOADOR	30	02	05			
	- TEM TERRAS -						
8	VICENTE GONÇALVES povoador	27		03		03	02 10
	- TEM TERRAS -						p c
		alq.	ar.	alq.	alq.	alq.	cb cr
TOTALS CONHECIDOS		382	37	63	50	23	4 23 64

OBSERVAÇÃO: O ALGODÃO VEM COLHIDO (1ª COLUNA) E FIADO 2ª COLUNA). COLHEM-SE À MEIA TODOS OS GÊNEROS. ABREVIÇÕES: (B: BOI - P: PORCO - C: CRIA - CB: CABEÇA - CR: CRIAS) (ALQUEIRE: MEDIDA DE CAPACIDADE: 36,27 LITROS, APROXIMADAMENTE - ARROBA: 14,7 kg.

A produção do milho, feijão e arroz, avaliadas em alqueires (medida de capacidade aproximadamente equivalente a 36,27 litros), parece insuficiente. Principalmente quanto ao feijão, alimento básico das populações coloniais, o qual parece aquém das necessidades de consumo de um trimestre. O mesmo se diga do milho, utilizado na alimentação dos animais e na fabricação

34

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

da farinha, tida por componente indispensável da refeição de feijão. Dentro dos preços de 1772 (cobrados sempre um pouco a mais, porque a nossa referência é de uma expedição militar), o feijão e a farinha eram vendidos a 400 réis o alqueire. Os sessenta e três alqueires de feijão podiam ser avaliados em cerca de 252\$000, o que era muito pouco. Não obstante, havendo algum excedente, irrisório lucro adviria se, colocado na Barra e oferecido às monções que desciam o Tietê.(19)

Não se acham arroladas, como era de se esperar, outros produtos de grande consumo entre as populações coloniais: as covas de mandioca e suas farinhas (puba, de guerra), os frutos da terra, as raízes (inhames, e carás), os palmitos, os alimentos exóticos, içás e arumáticas (larvas), a caça e os frutos do piscoso rio Piracicaba. Mas, dá para perceber que a comunidade era pobre e enfrentava grandes sacrifícios a ter de dispor da inexpressiva produção agropecuária, poucos grãos, reduzidas cabeças de gado e alguns catetos para fazer as mantas de toucinho (outro complemento do feijão). Observe-se a Tabela 6.

Na Contramão

Piracicaba, Itapeva da Faxina, Lajes, foram assentadas nos confins da Capitania de São Paulo. A segunda distava quarenta léguas de Sorocaba e a terceira, com léguas adiante de Curitiba. Todas eram estrategicamente situadas. O mesmo se dizia a respeito de Itapetininga, fundada em 1766, ou de Guaratuba e Sabaúna, situadas no litoral. De certa forma eram contemporâneas e caminharam paralelamente nos primeiros anos.

A partir de 1769, nota-se um retardo no desenvolvimento de Piracicaba, em relação às demais. Os lucros dos negócios auferidos no trânsito da estrada do Sul não foram acompanhados por aqueles que Barbosa desejava obter com o produto das canoas oferecidas na Barra e em Araraitaguaba. Piracicaba não pôde acompanhar o ritmo daquelas que experimentavam razoável desempenho.

Apresentando novidades auspiciosas ao seu superior, o Conde de Oeyras, em 1770, o Morgado de Mateus incluía as progressistas fundações no rol das recém-criadas vilas (Itapetininga, Lajes, Faxina, Guarajuba e Sabaúna), mal disfarçando a situação de Piracicaba.(20) Neste mesmo ano, enquanto enviava dinheiro para o ornato das capelas-mores de importantes igrejas, N. Sra. da Conceição de Sabaúna, S. José de Ararapira, Sto. Antônio do Registro (Lapa, PR.), Sta. Ana do Yapó (Castro, PR.), Piracicaba permanecia esquecida e carente de "pasto espiritual", sem igreja nem Freguesia. Tão somente,

(19) Em 10/04/1769, depois da Páscoa partiu de Araraitaguaba a grande monção para Iguatemi conduzindo centenas de pessoas, armas, artilharia do forte e soldados sob o comando do oficial português Theotônio José Juzarte. A 17/04 em seu quinto dia de navegação, cerca das onze e meia horas da manhã, a expedição chegou à barra do rio Piracicaba no Tietê e "ai" achamos Antônio Barbosa Diretor de uma povoação situada nas cabeceiras deste rio, a qual tinha descido por ele abaixo a encontrar-nos no dito rio Tietê" diário de Navegação do rio Tietê Rio Grande e Rio Iguatemi do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte, in Relatos Monçoeiros, p. 227.

(20) Comparativamente ao progresso das vilas, há reservas quanto a Piracicaba" Nas outras povoações trabalha-se como em Piracicaba e outras da navegação do Tietê". Carta de 27/04/1770, in Doc. Int. vol. XXXIV, p.199-202,

35

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

(21) Todos os moradores que se acham situados desde a "Boa Vista até a Povoação de Piracicaba, o Capitão João Fernandes da Costa os não embarce e os deixe às "Ordens, do povoador Antônio Corrêa Barbosa para os administrar Conforme entender "Ordem expedida em 11/08/1769 in Doc. Int. vol. LXV p.281-282.

(22) Barbosa era convocado para a fatura do caminho terrestre entre São Paulo e Paraná". Carta de 13/03/1770 in Doc. Int. vol. VI p. 42*
No mês seguinte o Morgado de Mateus solicitava ao capitalista Francisco da Cruz assistência para Barbosa no valor de cem mil réis, conta a ser paga "com o produto de umas canoas que estão sendo construídas no Povoado de Piracicaba, as quais têm preferência de venda do Capitão André. Carta de 26/04/1770 in Doc. Int. vol VI p. 100

Barbosa recebera, no final do ano 70, a vaga promessa de ajuda oficial para levantar capela. O contraste de Piracicaba perante as outras fundações era irreversível. A promissora Piracicaba parecia comprometida pelo projeto do Tietê que devorava os lucros das suas canoas.

O que vimos, até aqui, sobre o projeto do Tietê, não esgotava, por si, o potencial de Piracicaba. Entenderemos até que ponto se expropriou a riqueza gerada pelas canoas se incluirmos no rol das operações empreendidas por Barbosa as diversas "missões" que lhe foram imputadas a pretexto do Real Serviço, entre os anos de 1770 e 1772.

Missões Perigosas

Até 1769, o projeto povoador do Tietê transcorria com algum resultado. (21) O mesmo não pode ser dito a respeito das missões de sertanismo empenhadas por Barbosa. O ano de 1769 é muito interessante quanto aos desdobramentos da estratégia do Morgado de Mateus em sua acalentada "diversão para o Oeste", a devassa do interior do Paraná e a criação da nova povoação do Iguatemi. Uma das conseqüências imediatas foi a corrida pelos caminhos terrestres, a busca de ligações diretas com o forte na fronteira paraguaia.

Em 1769, uma expedição sertanista de Curitiba, passou-se aos sertões do Ivaí e deste a Sete Quedas, vindo a atravessar o rio Paraná e atingir o forte do Iguatemi. Neste mesmo ano, o sertanista Francisco Paes, embarcado na expedição de Theotônio José Juzarte, realizou a picada que vertia da barranca do rio Paraná a Sorocaba, provando ser viável a conexão entre a foz do rio Pardo e o os Sertões do Botucatu.

A abertura do caminho terrestre entre São Paulo e Iguatemi deu muito trabalho, pois os roteiros bandeiristas estavam esquecidos. Demandou três anos de esforços, empreendidos a partir de dois pontos: Sorocaba e Piracicaba. Coube a Barbosa a diligência pelos Campos de Araraquara o sertão do NO, bancando despesas ressarcidas com as canoas.(22)

Antônio Corrêa Barbosa esteve envolvido nestas operações, entre os meses de maio e novembro de 1770, desincumbindo-se de acordo com a sua patente de Cabo de Esquadra da Cia. de Ordenança a que pertencia em origem. Foi-lhe um sacrifício, desnecessariamente imposto, porque em abril daquele ano tomou-se conhecimento do êxito de Francisco Paes, convindo-se pela melhor comodidade do caminho lançado por Sorocaba, o qual seria predeterminado pelo Capitão-Mor daquela Vila, José de Almeida Leme. No entanto, ainda no mês de novembro, exigia-se outro financiamento, imediato caução das canoas, para reforço da inútil tentativa, vindo-se a pressionar Barbosa a concluí-la,

36

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

antes da entrada da estação das águas. A título de consolo, o Morgado de Mateus acenava com outras promessas: a de enviar o reverendo Angelo Paes de Almeida para as desobrigas, e a provisão para a necessária capela da Freguesia.

O ano de 71 transcorreu em grandes preparativos para a expedição do Coronel Paulino Ayres de Aguirre, crescendo a demanda das canoas no porto de Araraitaguaba. Os lucros obtidos cobriram as dívidas anteriores. (23) Como se não bastassem os sacrifícios, no final deste ano, Barbosa é convocado, em nome do Real Serviço, Juntamente com o parceiro de 1770, Luis Vaz de Toledo Pizza, para nova e arriscada missão em Mato Grosso: abertura do caminho terrestre, entre o forte do Iguatemi e a foz do rio Pardo. A parte de São Paulo ao rio Paraná estava pronta, restava conectá-la com Mato Grosso.

Barbosa partiu enobrecido como Capitão de Ordenança de Piracicaba para a arriscada missão de abrir e demarcar o caminho em território infestado por caiapós. Julgamos explicado por que motivo o Morgado de Mateus determinou criar uma Cia. de Ordenanças na povoação sem que houvesse número expressivo de Esquadras. (24)

A monção do Cel. Aguirre partiu para o Iguatemi em 15/01/1772. Apesar das lacunas documentais, tudo indica que a missão não foi bem sucedida, dando-se por agravante a violenta epidemia que dizimou a população do forte, levou à morte os seus principais oficiais graduados ou invalidou a maior parte dos efetivos militares, inclusive Luis Vaz de Toledo Pizza. No final do mês de setembro, chegando ao porto de Araraitaguaba, Barbosa era designado para nova diligência: um mês de operações nos rios Tietê e Paraná, desde Avanhandava até o rio Pardo, a fim de desinfestar os caiapós que atrapalhavam a navegação monçoeira. (25)

Em 1774, as inegáveis conseqüências destas missões do Barbosa refletiam-se, danosamente, sobre a comunidade e as suas forças produtivas, inviabilizando a sua principal riqueza, as canoas. A cruel constatação se expressa na secretaria do governo, através da literatura oficial, sempre que se trate de constranger o Povoador de Piracicaba a pagar os seus credores com o produto das canoas. (26)

Parecia definitivamente comprometida a segunda iniciativa povoadora junto ao Salto do Piracicaba. Curvado às despesas do Real Serviço, Barbosa assumia as dívidas em seu nome particular, como regente da povoação, abrigando-se ao pagamento dos seus credores. Lembremos que o Diretor Povoador sempre assume, individualmente, compromissos cujo ressarcimento advém da conjugação de forças produtivas que são o fruto coletivo de Piracicaba, da própria comunidade: aquela "sua gente", circunscrita nas diversas dependências reveladas pela configuração das Esquadras, os demais povoadores, a ele próprio, como nos é dado observar no Censo de 1773.

(23) Na carta do Morgado de Mateus, dirigida ao Cap. André Dias de Almeida e ao Ajudante de Ordens Romualdo José de Pinho, existe um Post-scriptum: "As canoas e mantimentos que tiver Antônio Corrêa Barbosa não deixem de se tomar para esta expedição, que quero tenham toda a preferência". Carta de 29/10/1771, in Doc. Int. vol. VII p.41-43.

(24) Carta-patente de 11/12/1771 e Censo de 1773 já citados.

(25) Esta nova missão parece conter um sentido punitivo, da parte do Morgado de Mateus sobre o Diretor Povoador de Piracicaba. Dirigindo-se ao Cap. André ordenava: "assim que chegar o dito Capitão a esse porto (de Araraitaguaba) lhe faça por prontamente um piloto e três proeiros preparados do mantimento necessário para um mês que gastarão nesta diligência". Carta de 05/09/1772 in Doc. Int. vol. VII p. 107-108.

37

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

(26) Em 1774 realizavam-se no porto de Araraitaguaba intensos preparativos para a colossal expedição do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria ao forte de Iguatemi. O Morgado de Mateus advertia por carta ao capitão André Dias de Almeida no sentido em que deviam ser preferidas sobre as demais as canoas que tivesse o Povoador de Piracicaba,.... "como repetidas vezes tenho ordenado", a fim de ajudá-lo a pagar os seus credores. Carta de 23/01/1774 in Doc. Int. vol. VIII p. 94.

(27) O Pe. João Manoel da Silva empossou na freguesia de Piracicaba em 21 / 06 / 1774, permanecendo, durante dois anos e meio em sua Paróquia, até que se retirou por motivo da sua incompatibilidade com Barbosa. A célebre denúncia partiu logo nos primeiros meses, pois, em final de setembro o Morgado de Mateus pediu

As Contradições Internas

Da fraqueza ingênita de uma economia assim comprometida, resultaram as acusações, emitidas entre 1774 a 1786 sobre o Capitão Antônio Corrêa Barbosa. Diziam que ele primava pela incompetência no comando da Povoação e de que agia em função dos seus exclusivos interesses pessoais. A primeira delas partiu do Vigário da Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba, Pe. João Manuel da Silva, sob a forma de grave denúncia, quanto ao "estado miserável em que se encontrava a comunidade, sem que fosse estabelecida uma verdadeira Povoação civil".(27)

Piracicaba figurava-se uma fraude nos inventários de S. Majestade, D. José I, denunciava o Vigário! Tudo não passava de uma farsa a acobertar uma empresa, o estaleiro, assentado por Barbosa no porto de Piracicaba, feitorizado pelos seus parentes carpinteiros e por ele próprio, sem deixar estabelecer livremente aos povoadores. Nunca uma povoação civil! Reconhecemos na denúncia a procedência da crítica sobre a ruínosa decadência em que mergulhava Piracicaba, sem deixar de colher a emoção que flui no desabafo do Sacerdote humilhado pela inexpressividade da cônica que retribuía ao pastor tão pobres ovelhas.

Denunciando a coação praticada no estaleiro e no campo sobre a mão de obra local, com a frase "sem deixar estabelecer-se livremente aos mais povoadores", o vigário articulava a tese sobre a verdadeira natureza das relações de produção em Piracicaba, ou seja, as relações servis acobertadas pelo esquema mercantilismo colonial, mal disfarçadas no censo de 1773. E o fez, por via indireta, responsabilizando o regente da povoação de só cuidar dos interesses particulares. A denúncia repercutiu, motivando o Morgado de Mateus a determinar ao seu Ajudante de ordens, Antônio Lopes de Azevedo, a tomar providências em Piracicaba para efeito de se remediarem as desordens e se estabelecer a povoação em boa ordem (28). O que lhe passa desapercibido é a outra parte da questão, aquela que articulou a antítese, ou seja, a contradição em que engendra a ruínosa decadência e a miséria da comunidade, por influxo dos projetos e missões, do endividamento coletivo, do comprometimento das forças produtivas.

O futuro da povoação de Piracicaba, sediada na margem direita do rio, junto ao porto, estava comprometido para sempre, em 1774. A partir de 1775, pelo abandono de Iguatemi à própria sorte, devem haver começado a rarear as encomendas de canoas em Araraitaguaba ... menos as dívidas.

O censo de 1775 revela algum crescimento vegetativo, por conta do êxodo dos novos lavradores que se sentiam ameaçados em Araçariguama, pela sanha do Coronel Policarpo José de Oliveira, os quais ainda buscavam refúgio em Piracicaba.(29)

38

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1996
Número 4

Em 1777, quando ocorreu a ocupação do forte do Iguatemi pelos castelhanos, consumou-se o desastre da estratégia de "divertimento para o Oeste", preconizada pelo Morgado de Mateus. Piracicaba deixava de ser retaguarda do extremo Oeste, restando-lhe atender, tão somente, às parcas encomendas de canoas necessárias aos pequenos comboios de Mato Grosso. Os negócios no porto de Araraitaguaba decaíram violentamente.

A Falência dos Projetos na Perspectiva Dialética (Conclusões)

I - Assumindo os encargos de regente da Povoação, Barbosa viu-se, rapidamente, compelido, por imposição superior, a um empreendimento não rentável, devastador dos seus lucros e pretensões. Partilhado o projeto original de Piracicaba com aquele do povoamento de certas localidades, situadas às margens do rio Tietê, o negócio das canoas gerou inadimplências promotoras do endividamento cumulativo que lhe comprometeu todos os interesses pessoais e o desenvolvimento da povoação a que se propusera assentar e desenvolver na qualidade de Diretor Povoador. Em função da antiga dependência para com o Capitão General de São Paulo, que lhe relevava pequenas defecções, foi tratado como homem de confiança e assumiu novos e pesados compromissos entre 1770 e 1772, pelos quais se intensificou o processo corrosivo sobre as vendas das mercadorias, levando à ruína os negócios e comprometendo, em definitivo, o empreendimento povoador em Piracicaba.

O fracasso de Barbosa é conseqüente ao fenômeno que, a princípio, tolheu e, depois, impediu a acumulação do capital, que deveria, ser a resultante esperada frente à produção das canoas, valiosíssimas mercadorias, e dos gêneros de alimentação. Por conseguinte, o seu fracasso como "empresário" estendeu-se à segunda experiência povoadora em Piracicaba (30), da qual foi o agente oficial, nomeado Diretor Povoador.

Por efeito de tornar-se regente da comunidade implantada no porto de Piracicaba, dentro do princípio do Real Serviço de S. Majestade, foi responsabilizado, publicamente, por razão de incapacidade administrativa, tanto pelo Vigário Pe. João Manuel da Silva, em 1774, como pelo Capitão-Mor de Itu, Dr. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, entre 1785 e 1786. Este, colonialista e fisiocrata, não podia compreender como Piracicaba se arruinava e se desgovernava, havendo por patrimônio as melhores terras da região para a lavoura da cana, praticada com tanto êxito, naquele momento, na Vila de Itu, o eixo do Vale Médio do Tietê.

Na quadra das suas avaliações "exaltadas", o Dr. Vicente esquivava-se a compreender que o fracasso do Capitão Antônio Corrêa Barbosa era o fracasso do Real Serviço, impostura

providência ao seu Ajudante de Ordens estabelecido em Araraitaguaba, enviando-lhe pelo correio uma síntese da exposição do vigário. Sobre o teor da denúncia veja-se a carta de 27/07/1774, in Doc. int. vol. LXIV p. 214.

28) Certa do Morgado de Mateus a Antônio Lopes de Azevedo em 29/09/1774. *Ibidem*.

Acusações semelhantes foram repetidas pelo Capitão-Mor de Itu, o Dr. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, entre 1785 e 1786, quando intentou e conseguiu afastamento de Barbosa do comando de Piracicaba, "sem dezar". Na Representação dos Moradores de Piracicaba ao Capitão General não se omitem as expropriações de Barbosa, "o qual foi governando aquelas novas povoadores, não como tais, mas sim como seus escravos ou, pelo menos, seus administrados". In Mário Neme, op. cit., p.96. São do Capitão-Mor de Itu

39

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

as palavras denunciadoras do tratamento que Barbosa reservava a sua gente: não regeu aqueles como povoadores e libertos mas, como a servos". Carta de 29/11/1786, in Mário Neme, op. cit., p.98.a l.

(29) O Morgado de Mateus enviava a Barbosa uma relação de evadidos da fazenda de S. Majestade ("com prejuízo ao Real interesse") cujo rendatário era o Cap. Policarpo. Ordenava a Barbosa que os prendesse e os fizesse remeter seguros ao viveiro de "administrados" e infelizes caboclos da fazenda de Araçariguama, bem como aos demais evadidos que pudessem aparecer na povoação, de Piracicaba. Carta de 27/01/1775 In Doc Int. vol. LXIV, p.281.

(30) A primeira tentativa povoadora ocorreu, aproximadamente, entre 1723 e 1748, mediante a sesmaria implantada no porto de Piracicaba por Felipe Cardoso e herdada por Francisco Cardoso de Campos.

40

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

colonialista sobre a principal riqueza de Piracicaba, lastreada pelas canoas. Não houve como desqualificar-lhe o enobrecimento em razão dos serviços prestados a S. Majestade, por mais pesadas que fossem as suas críticas. Barbosa foi identificado, até a morte, por Povoador de Piracicaba; este título ninguém lhe arrancou.

II - Viemos por constatar que grande parte do fracasso de Barbosa resultava da própria sistemática povoadora consentânea à violenta expropriação da riqueza, produzida em Piracicaba, correndo tudo por conta do Real Serviço de S. Majestade, em nome do qual prevaleciam os interesses mercantilistas manipulados em Lisboa, após a Guerra dos Sete Anos (1756-63), pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeyras (Pombal) e aplicados na colônia pelos delegados do poder real. Em São Paulo, entre 1765 e 1775, era Capitão General, o Morgado de Mateus, Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão. Os métodos deste colonialista podem ter levado a algum resultado em Lajes, Itapetininga, Itapeva da Faxina, situadas às margens da estrada para o Sul, onde podiam beneficiar-se dos negócios dos gêneros, perante o comércio de tropas e passagem dos comboios militares. A situação era outra em Piracicaba, tolhida pela sistema de articulação fluvial e negócios sazonais gerados a partir das operações em Mato Grosso, particularmente com o forte do Iguatemi. A alta lucratividade procedente da fabricação das canoas atraiu a atenção do representante do mercantilismo português, tão rápido quanto nas minas de Cuiabá. O desdobramento do projeto povoador de Piracicaba no rio Tietê e as arriscadas missões fizeram o ardil que gerou o endividamento progressivo.

A riqueza de Piracicaba, orquestrada sob a regência do Diretor Povoador, foi submetida à exploração colonialista no mercado primitivo das monções, centrado em Araraitaguaba. O produto das canoas e dos gêneros evadiu-se para as mãos dos pequenos comerciantes e de certos capitalistas emprestadores de dinheiro, ou tomou a direção para fora da Capitania, sob a forma de impostos. Ao converter riqueza em auto-endividamento, Barbosa submetia Piracicaba à expoliação sistemática.

A expropriação das mercadorias de fabricação no estaleiro e da riqueza potencial, extraída da floresta, dos gêneros, bem como do trabalho de uma centena de indivíduos que constituíam a "gente do Barbosa", tais expedientes se reduzem a um artifício de auto-acrescentamento do capital mercantil que inspirava os ganhos de exploração colonial no comércio. O Real Serviço, ilustrando Casas no Terceiro Estado, a pretexto de zerar os investimentos da Coroa no Brasil, também negava o livre desenvolvimento das forças produtivas de Piracicaba.

III - O Morgado de Mateus apostara no desenvolvimento auto-sustentado da Povoação de Piracicaba, lançando Barbosa à própria sorte, como aos demais povoadores: que investissem os seus próprios capitais a bem do Real Serviço! Enquanto os seus planos se estenderam a Piracicaba, optou pela exploração da salsaparrilha, que reconhecia ser de inferior qualidade, e da agricultura (primeiramente para a subsistência da comunidade, depois para vender na Barra às monções). Reconhecidamente, sabia da potencialidade das canoas de Piracicaba, ramo de produção e comércio a que se achava ligado Barbosa mas, não tinha grandes planos para elas.(31)

A segunda experiência povoadora, junto ao porto de Piracicaba, tinha finalidade estratégica imediata, que priorizava o apoio à navegação monçoneira dirigida ao Forte de Iguatemi, um dos dois mais importantes projetos do Morgado de Mateus. Contrariando as expectativas daquele, Barbosa não desencadeou um ciclo agrário-estrativista de fácil adequação às necessidades da época, nem promoveu, expressivamente, os gêneros. Piracicaba não se converteu numa feitoria agrícola das monções. Prevalecendo a tradição local, o empreendimento que absorveu o trabalho da maior parte da comunidade assentada no porto foi a fábrica das canoas, pois o produto era mercadoria valorizada, devido à grande procura no mercado monçoneiro, e propiciadora de elevada receita. Portanto, susceptível de permitir o desenvolvimento da produção capitalista e de gerar acumulação de capital em favor de Barbosa e sua Povoação .

A estratégia do progresso parecia simples. Estabelecida a cadeia da produção capitalista no processo de mercado, mediante o pequeno investimento inicial (quicá, os 100\$000 declarados no Censo de 1766), este daria (seguramente) rendimento adequado se, a relação entre o capital constante (bens de produção) e o capital variável (força de trabalho) resultasse numa mercadoria de grande procura, as canoas. Foi o que ocorreu. Barbosa desfrutou do controle absoluto dos meios de produção e do processo de produção da sua mercadoria. Só não acumulou os lucros porque lhe escapava, desde o início, o domínio da comercialização, detido, em Araraitaguaba, pelos intermediários que lhe garantiam a prioridade nas vendas das canoas enquanto adiantavam outras mercadorias indispensáveis ao consumo (panos, boticas, armas, pólvora, ferramentas, e quicá, alguns alimentos). Daí para o endividamento, foi um passo.

Ao contrário do ciclo agrário-extrativista-artesanal previsto pelo Morgado de Mateus, insinuou-se uma estrutura manufatureira "cósmica", porque ligada à sazonalidade da coleta da madeira (praticada nos meses sem a letra R :maio, junho, julho e agosto) e do circuito monçoneiro, bastante expressiva, mas, não forte o suficiente para romper com as regras do mercantilismo português. O alto valor de troca de tão cobiçada mercadoria converteu-se

(31) A carta de 27/09/1767, já comentada, não deixa dúvidas a respeito das primeiras intenções do Morgado de Mateus.

41

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

em fator de disjunção das próprias forças econômicas, em detrimento das gerais expectativas.

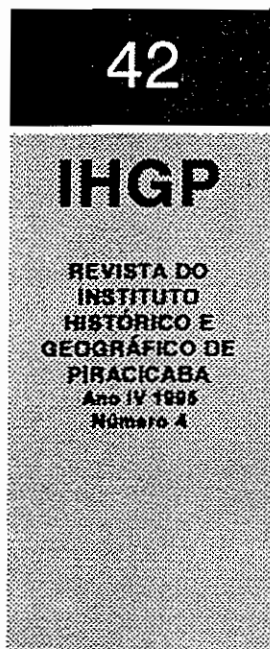
IV - As categorias do econômico e do social interagiram em Piracicaba de forma a condenar Barbosa através dos seus próprios contemporâneos, tanto pelo fracasso da experiência no estaleiro como, principalmente, pelos desacertos no comando da sociedade. Vigários e Capitão-Mor condenaram o seu absolutismo e a truculência sobre o Terceiro Estado, bem como os seus antagonismos com os representantes da Igreja, quando lhe pediam deixasse aos moradores de Piracicaba estabelecerem-se com mais liberdade.

A explicação advém das formas expropriadoras do capitalismo mercantilista, atuando sobre os empreendimentos de Barbosa em Piracicaba nulificando-lhes as forças produtivas. Estas mesmas formas trazem a observação e questionamento a mais importante das relações, a relação social da dominação; ou seja, o arranjo das relações de poder em Piracicaba, durante a segunda experiência povoadora. Já observamos o quanto elas se achavam arranjadas de maneira a permitir que a riqueza se mantivesse debaixo do controle dos interessados no lucro capitalista, fora de Piracicaba.

As continuadas expropriações eram facilitadas pela imposição do princípio da autoridade "ferrabrás", que se desdobrava em cadeia, desde o Capitão General até ao último dos seus prepostos. O Diretor Povoador e Capitão Antônio Corrêa Barbosa não escapa e este esquema em relação aos seus superiores ou aos inferiores, subordinados, irmãos, cunhados, forros, que constituíam a sua gente ajustada à produção do estaleiro ou dos gêneros. A sua autoridade poderosa também se comunicava aos demais povoadores "voluntários" e se manifesta, documentalmente, na meação dos produtos da lavoura.

Pouco ou nada adiantava clamar contra a asfixia das liberdades, pois a servidão era irreversível no esquema de poder implantado por Barbosa, definia as relações de produção. Estas relações de produção observadas em Piracicaba, por empenho do Barbosa, eram fruto imediato, muito ao gênero do mercantilismo colonial implantado no Vale Médio do Tietê, após a descoberta das minas de Cuiabá e Mato Grosso.

A divisão do trabalho aparece evidenciada no Censo de 1773, mediante o enquadramento da força de trabalho na composição das três Esquadras. A elite dos artesãos (carpinteiros, madeireiros, machadeiros e falconejadores) é perfilhada na 1ª Esquadra, enquanto nas outras duas aparecem muitas mulheres, jovens, crianças e casais, inclusive agricultores e criadores. Excetuando os parentes e os escravos, constituía força de trabalho muito barata e intocável posta aos seus desígnios de Diretor Povoador para atender às necessidades do econômico-social. O



afrouxamento dos vínculos é sucedâneo à queda de Iguatemi, que acelerou o processo de decadência da comunidade, porém a liberação "da gente do Barbosa" só veio a acontecer por ocasião da mudança de margem da comunidade, do estabelecimento de outros propósito ocupacionais e do afastamento do capitão Antônio Corrêa Barbosa de Piracicaba (1787).

V - As canoas decidiram a sorte de Piracicaba, em 1767, na segunda tentativa povoadora, junto ao porto. Observe-se a correspondência dos valores, na época, através da Tabela 7

TABELA 7 - PREÇOS EM 1767

1 CANOA 64\$000 - 8 CAVALOS - 16 BOIS GRANDES - 32 BOIS DE CORTE

1 CAVALO 1 SÍTIO - 20 ALQUEIRES DE FEIJÃO (725,4 LITROS)

1 ALQUEIRE DE FEIJÃO - 400 RÉIS

Em princípio, as canoas do Barbosa constituíam um excelente negócio. O alto preço da mercadoria saída da unidade de produção, em que se convertera a própria comunidade de Piracicaba, era a garantia do lucro e da acumulação capitalista, através dos negócios do Diretor Povoador no mercado das embarcações. Na versão do Censo de 1773, Piracicaba era o próprio estaleiro; esta ilação nos permite avançar o entendimento do fenômeno, até 1777, sobre o equacionamento das forças produtivas e as relações de produção.

As primeiras formas de assistência praticadas em Piracicaba pelo Capitão-Mor de Itu, a mando do Morgado de Mateus, objetivavam dar compensação à agricultura incipiente. Mas esta nunca se desenvolveu o suficiente para se bastar e atender às demandas monçoneiras, na Barra. Toda a potencialidade das forças econômicas foi dirigida para a produção de mercadoria valiosa, as canoas. Os investimentos de capital na povoação passaram, desde logo, a depender da produção do estaleiro, fato que despertou a atenção do governo.

Barbosa aceitara o cargo de Diretor Povoador em 1766; deve haver lutado por ele, tinha as suas ambições e o projeto particular das canoas, pois era experiente no ramo. Foi apoiado pelo Cap André Dias de Almeida, outro grande interessado na

43

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

fabricação das canoas em Piracicaba. O Morgado de Mateus só veio a tomar conhecimento da sua desobediência, quanto ao assentamento da povoação longe da Barra, através da correspondência do Regente de Iguatemi, João Martins de Barros. Vimos a sua reação e como, depressa, mudou de pensar em favor do projeto de povoamento do Tietê, que fez Barbosa verter pela goela. Novamente, despertada a atenção do governo, diante dos lucros mercantilistas, sucederam-se as missões.

O resgate aos "benfeitores assistentes" era a maneira eufemística de encobrir a ganância dos emprestadores de dinheiro. Estabeleceu-se um ciclo irreversível de expropriação, ao consolidar-se a prática de trocar assistência aos diversos projetos de que se desincumbia Barbosa. Estabelecia-se que todas as formas de pagamento de Piracicaba se realizavam sob a forma de mercadoria, as canoas, que por sua vez se tornavam mais disputadas. Credores, governo e comerciantes ficavam inteiramente satisfeitos, fazendo aumentar as encomendas e as dívidas.

A assistência dos capitalistas, continuamente solicitada pelo Morgado de Mateus, devia, em princípio, facilitar as operações de um povoador atribulado de afazeres e responsabilidades. Barbosa não teve como escapar ao Real Serviço de S. Majestade e, em seu nome, foi induzido ao endividamento cumulativo, que desativou a dinâmica do processo produtivo do estaleiro, forçando a evasão dos lucros, impedindo a acumulação do capital, inviabilizando o desenvolvimento da povoação de Piracicaba, comprometendo o seu futuro. Sucedeu-se a ruínosa decadência, cuja liquidação equívaleu à mudança de local da povoação e à partida para um novo arranco baseado nas perspectivas da fronteira agrícola, que atingia Piracicaba, no final do séc. XVIII.

A tradição das canoas como fonte particular de acumulação de capital e locomoção entre os bairros chegou até o séc. XX. O rio se manteve como um referencial nos assentamentos de população; o velho porto ainda prestou serviços. Carpinteiros, artesãos, transportadores fluviais, passadores de comboios, pequenos comerciantes permaneceram, por mais de um século, ligados às atividades da Rua da Praia, sem subir o Picadão.

FONTES PRIMÁRIAS

Manuscritas

Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo-DAESP.
Maços de população
Lista dos oficiais Soldados da Vila de Itu 1765

Lista dos Moradores da Freguesia de Araraitaguaba jan/1767.
Lista da Cia. de que é capitão André Dias de Almeida em Araraitaguaba set/1767

Lista Geral de todos os Moradores do Distrito da Vila de Itu 1773.
Livro de Sesmarias, Patentes e Provisões vol.19 Livro 64

Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba ACMP Memória do Estabelecimento da Nova Povoação de Piracicaba junto à margem da parte dalém do Rio do mesmo nome e da sua mudança e reedificação para a parte daquém do dito Rio.

Cartório do 1º Ofício de Campinas

Livro nº 2,F.53 : Escritura de Venda que fazem os herdeiros do Capitão Antônio Corrêa Barbosa de terras sitas à beira do Salto de Piracicaba à dona Maria de Arruda do Amaral em 15/09/1827.

Publicadas

Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo-DAESP.
Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volumes: IV - V - VI - VII - VIII - IX - XXIII - XXXIII - XXXIV - LXIV - LXV - LXVII - LXVIII - LXIX - LXXIII.

Museu Republicano Convenção de Itu/Itu

Jornais do séc. XIX)

"O Ituano", nº 6 e 7. Artigo do Pe. Miguel Corrêa Pacheco, intitulado: "Origem e Povoamento da Atual Cidade de Piracicaba".

Coleção, Comemorativa do IV Centenário de São Paulo (Relato)

Diário da navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Paraná e Rio Iguaçemi pelo Sargento-Mor Theotônio José Juzarte. In Relatos Monçoeiros. Biblioteca Histórica Paulista, direção de Afonso de E.Taunay. São Paulo, Martins Editora, 1976, p.217 a 273.

FONTES SECUNDÁRIAS

Neme, Mário **História da Fundação de Piracicaba**. 2a ed. Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico, 1974.

Perecin, Marly Therezinha Germano. **Constituição. (Piracicaba: Barbosa X Arruda)** Rev. IHGP., vol.1 p,73-82 1972.

Perecin, Marly Therezinha Germano **Canoas e Monjolos, Engenhos e Navios**. Rev. IHGP, Ano II, vol.2 1992 p.3-20.

45

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

Perecin Marly Therezinha Germano. Piracicaba **Boca de Sertão: o Porto, a Paragem, a Sesmaria, a Povoação** (1723-1767). Rev. IHGP. Ano III, nº 3 1994, P. 11-24.

Piracicaba, 30 de abril de 1995

46

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

PARABÉNS PIRACICABA!

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

Talvez frustrar a expectativa de muitos, por não abordar os aspectos históricos da fundação de Piracicaba, nesta reunião comemorativa do ducentésimo vigésimo sétimo aniversário de nossa cidade. Por certo, não farão falta porque falo a membros do IHGP, que os conhecem melhor do que eu.

Resolvi fixar-me em época menos distante, cuja história eu vivi. Desculpe-me os confrades, mas vou fazer referência a fatos, impressões e sentimentos bastante pessoais.

Conheci esta bela e cativante Piracicaba, na minha infância. Morando aqui meus avós maternos, havia, de tempos em tempos, a oportunidade de visitá-los, em companhia de meus pais. Guardo ainda na memória, com alguma nitidez, a longa e exaustiva viagem de trem, na "Maria Fumaça" da pontualíssima Estrada de Ferro Paulista, desde Vera Cruz, na Alta Paulista, onde nasci e então vivia, até Torrinha ou Rio Claro, com baldeação em Jaú, após o que vinha o pior: algumas horas de ônibus, em meio a terrível poeira. Mas tudo isso era esquecido e tolerado, diante da emoção de rever parentes e passear na cidade grande, de muitas ruas, inúmeras lojas, duas estações de estrada de ferro, e até bonde! Dessa época, na verdade, lembro-me pouco. Ficaram-me os passeios ao majestoso parque da Escola Agrícola, como era chamada a Luiz de Queiroz, a indefectível visita ao Mirante, as brincadeiras no Jardim da Ponte, destruído para dar lugar ao Beira Rio Palace Hotel, o Jardim da Cadeia, hoje Praça Almeida Júnior, mutilado para abrigar a Casa de Artes Plásticas, a Rua do Porto, onde ia levado por meu avô para ver os barcos dos pescadores, bem como as marcas então ainda visíveis, tantos anos depois nas paredes de algumas casas, da maior enchente de nosso rio, havida em 1929, e também das horas felizes no Parque Infantil, o mesmo que funciona ainda hoje. No final da Rua Tiradentes, perto do Beira-Rio Palace Hotel, obra inaugurada, dizem os registros, em 1944, quando era prefeito o Dr. Jorge Pacheco

47

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

e Chaves, porém iniciativa do anterior prefeito, o Dr. José Vizioli. Aliás, foi nesse mesmo ano de 1944 que começaram a destruir, por ironia da vida exatamente no Dia da Árvore, o Jardim Central ou Largo da Matriz, colocando abaixo suas frondosas árvores e o lindo repuxo, que me encantavam, para dar lugar à nova praça, presentemente abandonada, ao depois ampliada com a interrupção da Rua São José e a derrubada do velusto Teatro Santo Estevão, que fazia fundos para o lado onde hoje está o Marco da Bandeira, que viria sofrer novas mudanças e reformas. Gostava de ouvir os pássaros e o bate-papo dos engraxates a conversarem entre eles ou com estudantes, pronunciando as sílabas das palavras de "trás-pra-frente", com os "erres" do peculiar sotaque regional. A alteração da fisionomia do centro da cidade se completou com a demolição, começada em 26 de janeiro de 1946, da Matriz velha. São essas as reminiscências mais longínquas que guardo na memória, fixadas de maneira indelével. Tinha eu, então, uns 7 ou 8 anos de idade, não mais.

Por isso, costume dizer que, realmente, comecei a conhecer Piracicaba, anos mais tarde, por volta de 1948, quando, aos onze anos de idade, levei um dos maiores sustos de minha vida, com a decisão de meus pais de me mandarem para o internato do Colégio Piracicabano, em busca do curso secundário. Passado o incoformismo inicial, sobretudo com o fato de não me deixarem morando com meus avós ou tios, aqui residentes, e vencido o temor natural, ao menino, que nunca havia desgrudado da saia da mãe, outro caminho não restou, a não ser a adaptação ao novo meio, sem dúvida, bastante facilitada, quando, poucos meses depois, meus pais também se mudaram para Piracicaba.

Daí para frente comecei a criar raízes na "Noiva da Colina", cognome dado por Brazílio Machado, que para cá viera exercer a promotoria pública, e que, encantado com suas belezas naturais, dedicou-lhe lindo poema. Aos poucos, fui conhecendo essa terra dádiosa, suas coisas, sua gente, seus filhos ilustres, suas tradições, sua história. E passei a amá-la, fazendo dela minha terra natal adotiva.

Não foi um amor à primeira vista. Aliás, a sociologia explica que, ao nos vermos diante de uma situação nova, como a do imigrante, sofremos um processo de interação social, que, iniciando-se com a competição, leva-nos ao conflito e à acomodação, findando na assimilação. Analisando o passado, sinto que, talvez, a minha paixão tenha se iniciado pelo futebol. O meu primeiro ano de residência em Piracicaba, coincidiu com a luta do XV, já campeão do interior, uma vez em 1931 e outra em 1947, por uma vaga no futebol maior de São Paulo, pois começava a vigir a lei do acesso. E o "Nhô Quim", depois de árdua campanha, não só conseguiu o título de campeão de 1948, mas também o do Torneio Início de 1949. Gritando XV, XV, XV, assisti a todos os jogos, inclusive às finais famosas contra o Rio Pardo e o Linense, torcendo pelo time que ficou na história: Ari, Elias e Idiarte; Cardoso, Strauss e Adolfinho; De Maria, Sato, Picolino, Gatão e Rabeca. Tenho vivas na memória as refregas no campinho da Rua Regente, apelidado de "panela de pressão", e os duelos sensacionais com o Clube Atlético

Piracicabano, no "Fortim" da vila. Não podia sequer imaginar que um dia eu viria presidir o XV, em fase bastante difícil de sua trajetória.

A Piracicaba desse tempo era uma cidade pacata; poucos eram os carros e podia-se perfeitamente jogar futebol na rua. A "negadinha" da minha rua, praticava-o ali na Rua 13 de Maio, entre a Santo Antônio e a Alferes, as duas quadras do centro. Possuía um quarto da população atual, onde, dizia-se "Aqui todo mundo conhece todo mundo", fim de linha, sem ligação asfáltica com as cidades vizinhas, 800 aparelhos telefônicos de magneto, 3 ou 4 clubes recreativos e 1 poli-esportivo (o Regatas), 2 cinemas (o Broadway para o "society" e o São José, o poeira, ambos levando fitas em série, nas "matinéés" de domingo), várias entidades assistenciais e filantrópicas, 1 hospital, 1 cemitério, muitas igrejas, poucos bancos, 2 jornais diários e 1 emissora de rádio, alto índice de alfabetização, conhecida por "Ateneu Paulista", dado o número de escolas e o desenvolvimento cultural, apesar de serem apenas 3 os colégios (Assunção, Piracicabano e a Escola Normal), 1 Escola de Comercio (Cristóvão Colombo) e 1 Escola Superior, a Luiz de Queiroz. Bom comércio, várias usinas de açúcar e indústrias promissoras.

O rio era caudaloso, piscoso, ainda não tão poluído. O salto não conhecia secas. O mirante não possuía o restaurante. Uma única ponte existia para ligar a cidade ao "Paraguai", que era como "gozadores" chamavam a Vila Rezende. A nova Matriz, ou melhor, a Catedral, estava nos alicerces. A modesta Igreja de São Benedito servia, orgulhosa e provisoriamente, de Catedral. Iniciava-se a cobertura do primeiro trecho do Itapeva, cujo projeto já tinha meio século. O riacho, nessa época, só podia ser transposto em umas tantas ruas, por meio de rústicas pontezinhas. Iniciava-se, também, o uso de asfalto nas vias públicas; o paralelepípedo, ao que consta, existia desde 1922 nas principais ruas.

A melhor ligação com São Paulo era pela via férrea da Companhia Paulista, com baldeação em Nova Odessa. Também se podia viajar pelos automóveis do Expresso Piracicabano, que saíam do lado da Matriz. Outras cidades vizinhas eram ligadas por ônibus, que partiam do Largo de São Benedito, defronte ao Bar do Ponto. Esse largo também desapareceu para dar lugar ao novo Forum, inaugurado antes de 1960, hoje ocupado por outras entidades, inclusive o IHGP. Mais tarde, o outro lado desse mesmo largo foi destruído, para dar lugar ao prédio da Prefeitura, hoje abrigando apenas alguns setores da municipalidade. O projeto previa a construção de outro edifício igual (na área atualmente servindo de estacionamento), e mais o da câmara de vereadores, compondo assim, a praça dos três poderes. Não havia estação rodoviária. A AVA, linha de ônibus para Americana e Campinas, saía da rua Prudente, quase esquina da Santo Antonio, e o ônibus para Monte Alegre, da parte de trás do teatro Santo Estevão. A condução, dentro da cidade, era o bonde, com três linhas; uma para a Escola Agrícola, outra para a Vila Rezende e a terceira para a Paulista. Havia um ônibus circular, do Marchiori, que passava pelo Cemitério e Santa Casa. Na verdade os contornos da cidade eram a Avenida Independência, os trilhos da Paulista, Vila Boyes e a Vila Rezende. Os bairros, Cidade

49

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

Jardim, Jardim Europa e outros, só surgiriam alguns anos depois. Não havia arranha-céus.

Quadrava-se o jardim, nas noites de sábado e de domingo e, às vezes, nas quintas, até o horário de começar a segunda sessão de cinema. Rapazes rodando de um lado, moças em sentido contrário. Na quadra formada pela praça, ruas São José, Governador e Moraes Barros, circulavam os negros. De frente ao Politeama, na face que tem hoje os Bancos Itaú e Bradesco como extremos, era a "calçadinha de ouro", para o desfile das meninas do "society", que passavam pelo bar da esquina (o Nova Aurora) onde se concentravam os cobiçados agricultores. Na praça havia ainda a bombonière do Passarela, o "Snooker" do Jacaré, os sanduíches do Bar Comercial (era no local onde foi construído o Edifício Brasil), da família Lescovar, hoje donos da Brasserie, num velho prédio, cujo segundo pavimento serviu de sede a clubes, bem como a um partido político, a U.D.N. Eram dessa época, também, o "Cano Frio" (zona de meretrício, na Rua Silva Jardim), o ponto de charretes, bastante usadas por meretrizes, as serenatas, os famosos trotes nos bichos da Agronomia, e o Nhô Lica, um tipo popular, que catava pedras e pedregulhos, certo de que eram pedras preciosas e que valeriam milhões. Quando reunia algumas, levava-as aos gerentes de banco ou Caixa Econômica para guardá-las.

Nesse ano de 1948, também houve transformações políticas, com a redemocratização do país; tomava posse como Prefeito, o Sr. Luiz Dias Gonzaga, que já ocupara o cargo outras vezes, e uma câmara composta de 31 vereadores, verdadeira colcha de retalhos, se fôssemos analisar os partidos e classes representados. Nem o longo período de hibernação político-partidária conseguira fazer desaparecer as velhas facções e eliminar divergências pessoais.

Posso ter sido traído pela memória, porém esta foi a Piracicaba que conheci, ainda menino.

De lá para cá, já se passaram muitos anos e Piracicaba sofreu os impactos de violentas transformações, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas.

Não é mais a mesma, nem poderia ser.

O progresso a tem transformado, fazendo-a evoluir e crescer, mas também aumentando os problemas.

Precisamos conservá-la como cidade ideal para se viver, diante da desumanização que os grandes centros estão conhecendo, sem que isto signifique abdicação do progresso.

Piracicaba está vivendo uma fase de transição, como se fora, com seus 227 anos, ainda adolescente. Não é tão pequena, que não tenha problemas, nem tão grande que os apresente insolúveis. A hora é a presente.

Grande é o desafio. Não sou saudosista, no sentido de querer buscar um retorno ao passado, impedir o progresso, pois é algo impossível. O mundo de hoje não é pior, nem melhor, que o de ontem. Cada época apresenta dificuldades, problemas e desafios. Quanto mais disposição de enfrentá-los, quanto mais inteligentes as soluções de melhor qualidade será a vida resultante.

O melhor presente que podemos oferecer à cidade aniversariante é a nossa inteligência, a nossa imaginação o nosso desprendimento, o nosso trabalho.

Piracicaba, para mim, tem guardado, desde há muitos anos, alguns traços impressionantes. O primeiro, o sentimento cristão do povo, cujo coração responde pronta e suficientemente a todo apelo que se faça para ajudar o próximo. Nenhuma campanha filantrópica tem falhado. E quem se dispuser a estudar a história de suas entidades assistenciais ficará impressionado com o seu número e os serviços que prestam. Desde o Lazareto, construído por Manuel Ferraz de Arruda Campos, o Sanatório para Tuberculosos, erigido por Lídia Rezende, a Santa Casa de Misericórdia, fundada por José Pinto de Almeida, até as instituições conhecidas hoje, cuja relação seria exaustivo enunciar. O segundo traço, o seu apego às coisas do espírito, ligadas às artes e ao saber. Bastaria falar em Dutras, Fabiano Lozano, Sud Mennucci, Thales de Andrade, Martha Watts, Ernest Mahle e tantos outros. O terceiro, a capacidade de superar problemas, quando resolve se unir e enfrentá-los, como no passado. No caso da constituição da Telefônica Piracicaba ou da campanha para o retorno do XV à divisão especial. E ainda o seu pioneirismo, cujos exemplos podemos buscar nas realizações de homens do porte de Barão de Rezende, Luiz de Queiroz e Mário Dedini, dentre outros.

Repito, o melhor presente, a essa Piracicaba que adoramos tanto, é dar o melhor de nós mesmos para que ela não perca o seu calor humano, enquanto é tempo. Que o progresso venha, que as transformações surjam, mas sem que se "desumanize".

No seu aniversário, renovamos o nosso amor por tão dadivosa terra e o nosso compromisso de trabalhar desinteressadamente por ela.

PARABÉNS, PIRACICABA.

(Discurso proferido, no dia 19/08/94, por ocasião da Sessão Magna do IHGP, em comemoração do 227º Aniversário de Piracicaba).

51

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

SUD MENNUCCI

- Sua Vida e sua Obra (1)

Benedita Ivete Brandine de Negreiros

(1) Trabalho premiado em 3º lugar em congresso promovido pelo Centro do Professorado Paulista.

Nasceu em Piracicaba, no prédio nº 20 da antiga rua do Comércio, às 10 horas da manhã do dia 15 de março de 1892. Foi registrado no dia seguinte com o nome Suder, conforme o termo de nascimento nº, 167 do Livro A-3, fls. 121-V, nome este que foi retificado para Sud, por ele próprio no dia 10 de janeiro de 1916 (Registro Civil do 1º Subdistrito de Piracicaba). Porém, em outra fonte, colhemos haver o seu nascimento ocorrido no dia 20 de janeiro de 1892, sendo registrado dois meses mais tarde, como filho de Amadeu e de dona Theresa Mennucci, de nacionalidade italiana.

Com apenas seis anos de idade, o menino Suder, foi matriculado ao Grupo Escolar Moraes Barros. Concluída a primeira etapa de estudo, foi obrigado a esperar completar a idade de 12 anos para poder prestar os exames de admissão à Escola Complementar.

Foi aluno muito vivo, estudioso, inteligente e um tanto indisciplinado. Logo no início dos seus estudos já manifestou pendor pelas letras e gosto pela Matemática. Concluiu em 1908 o curso na Escola Complementar de Piracicaba, estabelecimento hoje denominado Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Sud Mennucci". Para ingressar no magistério, novamente foi forçado a esperar até atingir os dezoito anos; nesse interregno, preencheu o seu tempo estudando Contabilidade e Francês. Ainda no tempo de estudante, passou pelos grêmios dramáticos e de amadores da cidade.

Sud Mennucci desdenhou as universidades, mas fez-se ele próprio uma universidade, tal é o seu saber, profundo, multifário, abrangendo quase todas as especialidades, tudo dentro de disciplina mental que em academia alguma poderia obter.

52

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

Em 1910, iniciou o ensino das primeiras letras na escola de uma fazenda em Cravinhos. Esteve sucessivamente na escola urbana de Piracaia e pertenceu ao grupo escolar de Dourados. Entrementes, dedicou-se ao jornalismo e, sob o pseudônimo de Saul Maia, foi elemento de destaque na redação do "Jornal de Piracicaba".

Em 1913 a 1914 fez parte da missão paulista que reorganizou as Escolas de Aprendiz de Marinheiros de Belém do Pará, e de 1914 e 1920, regeu, como adjunto, o Grupo Escolar de Porto Ferreira.

Casou-se em 1917 com a professora Maria Silva Oliveira, natural de Porto Ferreira. Foi o fundador do Ginásio Paulistano, de São Paulo. Em 1920, chefou o recenseamento escolar do Estado de S. Paulo.

Em consequência dos conhecimentos pedagógicos, revelados por artigos nos jornais, galgou o cargo de Delegado de Ensino, primeiramente em Campinas, e, depois, em Piracicaba.

Em 1921, com autoridade de Delegado Regional de Ensino, chegando a Piracicaba, encontrou a atmosfera propícia para desenvolver o projeto de Grupos Rurais. Sonhou fazer de Piracicaba o primeiro município brasileiro em instrução pública. A zona rural permanecia semi-esquecida, pertenciam-lhe escolas isoladas. Com apoio do Dr. Samuel de Castro Neves, ao tempo deputado estadual, e do Cel. Fernando Febeliano da Costa, Prefeito Municipal, 25 bairros foram beneficiados.

Em 1922, por ocasião das festas do centenário da Independência, foi convidado pelo jornal "O Estado de São Paulo" para colaborar em edição especial. Em 1923 dirigiu o recenseamento escolar de Piracicaba. Em 1927, organizou e realizou o recenseamento escolar do Distrito Federal. Presidiu os destinos de vários estabelecimentos de ensino secundário na Capital. No governo do Dr. Fernando Costa, foi Sud Mennucci convidado novamente para dirigir o Departamento de Educação de São Paulo. A passagem de Sud Mennucci, por esse Departamento, foi assinalada por uma série de reformas, dando estrutura mais sólida ao ensino. Teve a coragem de nacionalizar as escolas, fechando as estrangeiras. Foi um dos fundadores e várias vezes Presidente do Centro do Professorado Paulista, ao lado de Cimbélismo de Freitas, Ezequiel Ramos e outros.

Em 1931 foi nomeado Diretor da "Imprensa Oficial do Estado de São Paulo".

Em 1940, dirigiu o recenseamento do Estado, serviço considerado pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística o mais perfeito do País. Fez ainda parte da Comissão revisora da Divisão Administrativa de São Paulo, em que desempenhou papel de relevo.

Ingressou no jornalismo aos 16 anos de idade. Foi redator de "A Gazeta de Piracicaba" e do "Jornal de Piracicaba". Colaborou em grande número de jornais e revistas do Interior de São

53

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

Paulo e do Rio de Janeiro. Fundou o "Jornal do Estado" e a revista "Arlequim". Foi redator, crítico literário e superintendente do jornal "O Estado de São Paulo", de 1925 e 1931.

Publicou muitos livros, todos sobre problemas nacionais, destacando-se dentre eles. "A CRISE BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO", livro constituído por uma série de conferências realizada no salão nobre do Jardim da Infância, do Instituto de Educação, hoje Caetano de Campos, nas quais se preconiza o estabelecimento de novas diretrizes para o ensino rural. As conferências foram pronunciadas em junho de 1930 e são o ponto de partida da campanha "pró ruralização" do ensino, que veio a se desenvolver, a seguir, pelo Brasil inteiro. A obra foi laureada com o primeiro prêmio, "Francisco Alves", pela Academia Brasileira de Letras. Salientam-se também, Alma Contemporânea, 1918, Brasil Desunido, estudo da divisão territorial, São Paulo, 1932, Coreografia do Estado de São Paulo, "Cem Anos de Instrução Pública", 1932; Humor, 1923; Machado de Assis, 1939. À Margem das Cartas Chilenas, 1942; "Rodapés", 1927; Vida Inútil, romance inédito; e diversas coletâneas de artigos, além de numerosas conferências. Sud Mennucci pertenceu ao quadro da Academia Paulista de Letras, segundo ocupante da cadeira nº 15; fez parte do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo. Participou de vários congressos de educação no país. Crítico, ensaísta, historiador, sociólogo, educacionista foi professor em muitos campos de conhecimento humano, seus livros mostram sua poliforme cultura.

No campo do Magistério, processou ele aquela mesma revolução renovadora da mentalidade brasileira. Pela ação e pelo sentimento, Sud Mennucci amou sua Pátria, como os que mais souberam honrá-la. Ele amou sua terra de nascimento e atende-se nisto, para usar as suas palavras. "Luz para o cérebro e chama inextinguível para o coração". Essa chama a que ele se refere, era o fogo sagrado do ideal que dominava sua personalidade. Pela têmpera viril, pelo coração e pela cultura, Sud Mennucci é filho digno de Piracicaba.

Faleceu na Capital com 56 anos, em 22 de julho de 1948. Sud Mennucci tornou-se imortal, nada mais justo que sua memória fosse reverenciada em sua terra natal. Assim o decreto nº 14.575, de 1º de março instituiu o nome da Escola Normal Sud Mennucci a um estabelecimento de ensino que de 1953 a 1976, intitulou-se Instituto de Educação, passando a chamar-se posteriormente Escola Estadual de 1º e 2º Graus Sud Mennucci. O período de 3 a 8 de agosto é decretada a Semana Sud Mennucci, decorrência de apresentação em Assembléia, pelo Deputado Estadual Jairo de Mattos, de um projeto sugerindo a criação de uma semana em homenagem a memória do Professor, assinado pelo Governador do Estado de São Paulo, Paulo Salim Maluf e pelo Secretário da Educação, Luiz Ferreira Martins, Sud Mennucci,

54

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

benemérito, digno filho do Brasil, jamais deixaria de estar presente, onde quer que houvesse uma escola, estivesse um professor; ele continua vivo e abençoado dentro da classe, à qual foi leal e deu a consciência do próprio valor!

Seu monumento encontra-se no jardim, junto à escola em que se diplomou e que hoje tem o seu nome. O grande educador, do alto de um aclave, olha imponente a rua. Ninguém passa por ali, que não o contemple. E para fazê-lo tem que erguer os olhos. Sud Mennucci, domina. Agora sim, deram ao monumento o destaque que merecia. Lugar de mestre é na escola; os grandes lábios da efígie parece dizerem: "Aqui serei sempre o mesmo amigo do professorado paulista que tanto amei".

E assim o educador e líder carismático, que sabia prestigiar os amigos, jornalista que brincava com a pena, abordando os assuntos mais delicados com aquela segurança e estilo inconfundíveis, o escritor que nos ofereceu livros e livros para meditação. Foi através do Centro do Professorado Paulista instituída a medalha Sud Mennucci, com regulamento aprovado pelo Conselho de Honrarias e Mérito, e oficializado pelo Governo do Estado através do decreto nº 10.505, de 10 de outubro. É medalha destinada a distinguir pessoas e instituições que se destacarem pelos serviços prestados à educação, ao ensino, ao magistério ou à entidade, verdadeiro estímulo à classe de todos os graus. Essa medalha Sud Mennucci foi entregue, pela primeira vez, no Dia do Professor, à viúva do grande educador, a mestra Maria de Oliveira Mennucci. E, finalmente, para não tornarmos mais extenso este artigo, é apenas com três letras, de um monossílabo que pronunciamos, lacrimosos, com reverência e saudade, o nome do expoente máximo do Magistério Brasileiro: Sud.

BIBLIOGRAFIA

REVISTAS e JORNAIS do Acervo da Biblioteca Municipal de Piracicaba.

LIVROS do Acervo da Biblioteca da Escola Superior de agricultura Luiz de Queiroz, da USP.

55

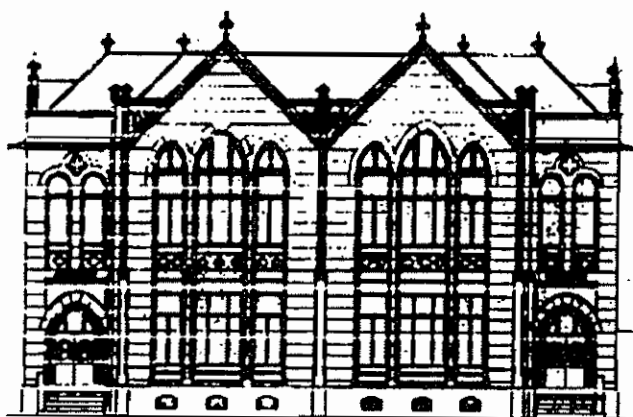
IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

O GRUPO ESCOLAR DE PIRACICABA: UM ESTUDO DE CASO

MARCELO CACHIONI ⁽¹⁾
DANIELA R.A. CARICILLI ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Quintoanistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.



56

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

1 - INTRODUÇÃO

No dia sete de julho de 1995 completou cem anos a pedra fundamental do antigo (e primeiro) Grupo Escolar de Piracicaba, hoje renominado como E.E.P.S.G. Barão do Rio Branco. Cabe, portanto, a oportunidade de resgatar a história da escola, que se configura como a primeira instituição de sucesso para o ensino público de Piracicaba.

Após cem anos, o Estado não mais dispensa a mesma atenção ao ensino básico, nem ao seu patrimônio arquitetônico. Lançamos o desafio para que as obras de restauro sejam iniciadas o mais rápido possível, enquanto há tempo.

1.1 - Breve Histórico da Educação Piracicabana

Piracicaba já existia como povoado desde 1767, quando o Cel. Antônio Corrêa Barbosa fora nomeado como Diretor-Povoador da Nova Povoação de Piracicaba por iniciativa da Coroa Portuguesa e deliberação do Capitão General de São Paulo, conhecido como Morgado de Mateus. Porém, somente em 13 de fevereiro de 1826, fundou-se a primeira escola da cidade. Teve seu inicial funcionamento no dia 12 de abril do mesmo ano, contando como primeiro professor, por poucos dias, Joaquim Floriano Leite. Foram seus sucessores Manoel de Carvalho e Vicente do Amaral Gurgel, juntamente com o Padre José Maria de Oliveira, coadjutor da antiga matriz e secretário da Câmara Municipal. Após isso, a Câmara Municipal, em 1844, solicitou ao Presidente da Província Paulista a criação de um Ginásio ou "Aula de Gramática Latina", palavras da época sem resposta. Houve novo pedido à Assembléia Legislativa da Província, informando que havia cerca de 100 alunos matriculados no curso primário oficial, além dos alunos dos cursos particulares. Estes cursos, segundo ofício da Câmara, eram demasiadamente caros para grande parte da população. No ofício, informavam que uma "Cadeira Nacional de Gramática Latina", sendo gratuita, forneceria à juventude as primeiras noções das belas letras, habilitando-a para a carreira das ciências e para o exercício dos empregos públicos, a que a sociedade teria um dia, de chamá-los.

Algum tempo após o pedido, foi fundada a escola, tendo como primeiro professor Ricardo Leão Sabino, sucedido por João Baptista Morato do Canto. Realizou-se Concurso Público para professores, tendo como ganhador o padre Francisco de Assis Castro, que se aposentou em 1858, ano em que a escola foi fechada, por determinação de um inspetor que alegava o número reduzido de alunos.

Em 1860, a cidade contava com duas escolas primárias masculinas, com cerca de 200 alunos, e uma classe feminina com 42, além dos cursos particulares.

Grande porção do sucesso educacional piracicabano deve-se à chegada de um grupo de Americanas Missionárias da Igreja Metodista Episcopal do Sul, por volta de 1866. Vieram com o objetivo de fundar uma congregação e uma escola, o que foi feito em 13 de setembro de 1881, pelo Rev. James William Koger e Miss Martha Hite Watts, primeira diretora do atual Colégio Piracicabano. Com ela se introduziu no País um novo método de ensino primário. Os metodistas tiveram profundo apoio dos Moraes Barros, inclusive a cessão de terrenos para as construções do templo e do Colégio. O Piracicabano iniciou-se com a matrícula de apenas uma aluna e a dedicação de 3 professoras, que ganharam a simpatia das famílias piracicabanas. Em contraposição, em 1883, a Igreja Católica abriu, pelas mãos de freiras, o Colégio Nossa Senhora do Assunção.

57

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1935
Número 4

Ainda em 1881, houve solicitação de abertura da futura Escola Agrícola, hoje ESALQ, por Luiz de Queiroz, que trouxe iluminação elétrica para a cidade, além de outros benefícios.

Em 1885 começa a construção do grupo escolar de Piracicaba (que receberá estudo detalhado adiante), o primeiro grupo escolar com classes mistas, inaugurado em 1887, juntamente com a escola complementar. Esta ganhou novo edifício com a criação das escolas normais pelo Estado em 1913, com funcionamento a partir de 1916, e passou depois a chamar-se EEPSG Sud Menucci. O segundo grupo escolar hoje EEPSG Moraes Barros, foi fundado em 5 de março de 1900, época em que havia mais de duas mil crianças em idade escolar e 700 sem matrícula. Contava o município com 22 escolas isoladas,(1).

1.2 - Dados Históricos do Município (1885-1897)

Em 1885 o município de Piracicaba contava com 22.150 habitantes. A zona rural era bastante expressiva, oferecendo abundante escravaria e duas riquezas: o café (produção de 4.500 toneladas e a cana 1.050 toneladas). A área urbana alimentava comércio bastante adiantado para a época. A urbanização deixava os estreitos limites do interflúvio Itapeva-Piracicaba, avançando para o que se convencionou chamar de Bairro Alto, Bairro dos Alemães e altos da Boa Morte.

Em 1887 a população urbana atingia 7.000 indivíduos, distribuídos por 1.600 moradias. Havia cerca de 5.000 escravos matriculados, servindo na lavoura e na cidade.

Os quadros políticos achavam-se definidos debaixo das lideranças dos monarquistas e dos republicanos. Entre os primeiros destacavam-se os grandes proprietários rurais e dignatários do Império, os barões de Rezende, de Serra Negra e do Piracicamirim. Do lado republicano, alinhavam-se os irmãos Moraes Barros (Manoel e Prudente). Luiz de Queiroz, o Dr. Paulo Pinto de Almeida e outros.

As classes médias emergentes começavam a tomar consciência de sua condição, ainda no final do século XIX. Os seus filhos passaram a frequentar o "Kindegarten" do Colégio Piracicabano e o curso primário dirigido pela pioneira Miss Martha Watts. Ali descortinaram novas realidades. Outros setores mais conservadores passaram a enviar os seus filhos para a educação das freiras no Colégio Nossa Senhora da Assunção (1893). (2)

58

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

1.3 - Dados Históricos do Estado de São Paulo (1890-1920)

Cerca de 170 edifícios que integram a rede pública escolar urbana do Estado de São Paulo, foram construídos entre 1890 e 1920. Eles refletem a história da arquitetura escolar paulista. Com a república, a instrução primária passa a ser defendida como obrigatória, universal e gratuita. O poderio econômico do Estado de São Paulo, proporcionado pela prosperidade da cafeicultura paulista e a intensificação da industrialização, faz com que o Estado se encontre em condições propícias para a divulgação do ensino. O advento da República também vai coincidir com o acréscimo da demanda da sociedade por educação, levada em nível primário a diversos pontos do Estado. Cria-se um complexo educacional, que inclui inúmeras formas de organização e classificação das instituições de ensino: escolas isoladas, reunidas, ambulantes, preliminares, complementares, modelo, grupos escolares, normais e profissionais.

O decreto 248, de 26 de julho de 1894, que dispõe sobre a regulamentação dos grupos escolares, estabelece que os alunos serão distribuídos em 4 classes para cada série, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. A subdivisão dos alunos em classes diferentes representou um avanço, pois até então numa mesma sala, um único professor orientava as crianças de diversos níveis.

O governo estadual também preocupou-se com a formação de professores. Já no final do século XIX haviam sido construídos os prédios da escola normal da Capital e de Itapetininga. Os edifícios de escolas normais e grupos escolares constituem marco de referência na paisagem urbana do início do século XX.

Com algumas exceções, para as edificações escolares executadas entre 1890 e 1920, foram utilizados "projetos padrões, que, com variações de fachadas ou mesmo com fachadas idênticas, eram implantados em diversas localidades. Mesmo com a padronização das plantas, havia preocupação de variar o tratamento formal, imprimindo a cada edifício uma identidade própria. Mesmo os grupos escolares mais simples apresentavam bom nível construtivo, tendo contribuído para isso os materiais e acabamento utilizados, na maioria importados, e mão-de-obra altamente qualificada.

1.4 - A Tipologia Botucatu

Fez-se planta padrão distribuindo 8 salas de aula em 2 pavimentos: um destinado aos meninos, outro às meninas. Foram elaboradas fachadas diferentes para grupos escolares, implantados em 9 municípios do Estado de São Paulo: Grupo

59

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

Escolar de Botucatu, de Piracicaba, de Espírito Santo do Pinhal, de Araraquara, de Campinas, de Jaboticabal, de Taubaté e de Araras, Escola Modelo Preliminar de Itapetininga e Escola Modelo Complementar de Itapetininga.

Os Grupos Escolares de Botucatu, Piracicaba e Espírito Santo do Pinhal são de autoria de Dubugras, que deu a todos os prédios tratamento formal, que distinguiria as escolas projetadas por esse arquiteto das demais escolas do período. Ele adotou a arquitetura medieval, de caráter inovador, com elementos neogóticos e neo-românicos. A Escola de Araras tem as pranchas assinadas pelo engenheiro Antônio By.

Paralelamente à criação desses grupos escolares, designa-se em 1894, Itapetininga para instalação da primeira Escola Normal do interior do Estado de São Paulo.

Os prédios da Escola Modelo possuem plantas do tipo Botucatu. A maioria desses edifícios estão hoje irreconhecíveis se comparados à sua construção original; poucos anos depois da sua construção os telhados de zinco foram retirados e substituídos por telhas chatas de barro, eliminando-se, às vezes, os frontões originais.

Dos projetos referentes a esses grupos escolares, muitas, pranchas, ou até todas, foram perdidas, sendo que as remanescentes possuem datas muito próximas. Dessa forma, é impossível identificar qual grupo escolar é o primeiro projetado, e que deu origem à tipologia (3)

1.5 - Sobre o Arquiteto Victor Dubugras

Nascido em La Fleche (Sarthe, na França) em 1868 e falecido no Rio de Janeiro em 1933; ainda criança emigra com a família para a Argentina. Estudou Arquitetura em Buenos Aires e trabalhou com o italiano Tamborini, mas, cansado da situação instável desse país, instala-se em São Paulo, em 1891. Durante algum tempo foi um dos colaboradores de Ramos de Azevedo, sendo admitido em 1894 como professor de Desenho Arquitetônico na Escola Politécnica.

Foi um dos arquitetos mais respeitados do período. Tendo em vista que, logo ao chegar ao Brasil, já estava trabalhando com Ramos de Azevedo e na secretaria de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Além do Neogótico trabalhou com o "Art Nouveau" e o Neocolonial, adaptando-se às várias correntes de estilo da época,(4).

1.6 - Datas e Designações

O Grupo Escolar de Piracicaba teve sua pedra fundamental lançada em 7/7/1895 e sua fundação em 13/5/1897. Em 1907 o

Governador do Estado de São Paulo mudou-lhe o nome para Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em homenagem a um dos principais diplomatas da História Brasileira. Em vinte de abril, se comemora o dia dessa escola, por ser a data de aniversário do Barão do Rio Branco. Na década de 70, à noite, o edifício era ocupado pelo 3º Ginásio Estadual de Piracicaba. Por volta de 1979, o Estado mudou a designação de "Grupo Escolar" para "Escola Estadual", passando o Grupo a chamar-se Escola Estadual de Primeiro Grau Barão do Rio Branco, oferecendo várias classes, de 1ª a 8ª séries. Nesta década, a escola passou a oferecer classes de 2º grau, tendo como nome atual escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Barão do Rio Branco, (5).

1.7 - Ata da Instalação do Grupo Escolar de Piracicaba

"Aos treze dias do mês de maio de 1897, no edifício do Grupo Escolar, presentes do Diretor do mesmo, cidadão Antonio de Mello Cotrim, todos os professores do grupo e todos os alunos, presentes mais o Presidente da Câmara Municipal, Intendente Municipal e vereadores, o Inspetor Literário do Distrito, diretor da Escola Complementar, os advogados do Fórum, médicos e multidão enorme de cavalheiros e senhoras, calculada em oitocentas pessoas, pelo Diretor do grupo foi convidado o Presidente da Municipalidade para presidir a reunião, o qual aceitando a honrosa incumbência convidou para secretário o Dr. Antonio Pinto, concedendo-lhe em seguida a palavra por ser o primeiro dos oradores inscritos. O dr. Antonio Pinto falou sobre a data de 13 de Maio, historiando pacientemente o nascimento e a morte da escravidão no Brasil, e terminou dizendo que a lei de 4 de setembro de 1850, tinha libertado o solo africano e a lei de 13 de maio de 1888 tinha libertado o braço e que cumpria agora, continuamente em marcha ascendente, libertar o cérebro. Em seguida, foi dada a palavra ao distinto professor Eduardo Raggio Zimbres que em belíssimas frases mostrou ao auditório, o papel que a instrução popular representa na sociedade moderna. Foi concedida a palavra em terceiro lugar ao orador distinto dr. Adolfo Passolo, que produziu um substancioso discurso, sobre a elevada missão civilizadora dos professores primários. Em quarto lugar, falou o Dr. Antonio de Moraes Barros, que com veemência convicta, fez ver que o atual estabelecimento de instrução, há de servir para a formação do caráter do futuro cidadão brasileiro, servindo de barreira ao fanatismo religioso, que, sob a capa da instrução, quer avassalar nossa cidade; lembrou em seguida o nome do dr. Cesário Motta como credor da veneração pública, pelos serviços prestados à causa da instrução. Tendo falado todos os oradores inscritos, o presidente da reunião concedeu a palavra ao diretor da Escola Complementar, prof. Antonio Alves Aranha, que, em termos elevados concitou os seus colegas ao

61

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

cumprimento da sua nobre missão. Falou novamente o dr. Antonio Pinto, que saudou as crianças como símbolo da candura e da inocência. O Prof. Antonio de Mello Cotrim, diretor do Grupo, depois de agradecer a numerosa e seleta concorrência, o comparecimento a esta festa da instrução, referiu-se ao saudoso nome do senhor Cesário Motta, que tanto se esforçou para o levantamento moral do nosso povo, criando escolas por todo o Estado, e a quem devemos ser hoje instalado o Grupo Escolar de Piracicaba, referindo-se também aos Drs. Alfredo Pujol e Dino Bueno, condignos continuadores da obra do dr. Cesário Motta. O presidente da reunião, propôs que se inserisse na ata um voto de profundo pesar pelo desaparecimento, do mundo dos vivos, do Dr. Cesário Motta, com unânime assentimento da assembléia. Todos oradores foram entusiasticamente vitorizados, ao terminarem seus discursos. Finalmente, o Presidente declarou instalado o Grupo Escolar de Piracicaba e encerrou a sessão. Para constar, eu Antonio Pinto de Almeida Ferraz, secretário da Mesa, lavrei a presente, que vai assinada pela mesma Mesa, pelas pessoas presentes, que o quiserem fazer.

Dr. Paulo de Moraes Barros - presidente; Antonio Pinto de A. Ferraz secretário, Benedito C. Côrte Brilho, Inspetor do Distrito, Antonio de Mello Cotrim, Diretor".

1.8 - Breve Comentário Sobre a Ata

Percebe-se pela leitura da Ata de Fundação, que a criação do novo e primeiro Grupo Escolar, significava farto "status" para a classe política piracicabana, destaque-se o discurso do Sr. Antonio Moraes Barros, que, pelo tom de suas palavras, tinha certo desagravo pelo sistema educacional implantado com sucesso pelos metodistas e católicos, talvez porque os colégios, confessionais dirigidos por mulheres, que, como segundas mães, educaram as crianças intelectual e espiritualmente. (Estranho partir este discurso de um Moraes Barros, pertencente à família incentivadora do Colégio Piracicabano).

Na data da fundação desse Grupo era Presidente da República o dr. Prudente José de Moraes Barros, sendo seu irmão, o Senador Manoel de Moraes Barros. O dr. Paulo de Moraes Barros, filho do Senador, era Presidente do Município e Antonio Moraes Barros, seu irmão, era Deputado.

Também há de se notar a falta de monarquistas na inauguração. Nenhum barão foi mencionado na ata.

62

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

1.9 - Os Diretores da Instituição

Através dos anos. O "Barão" tem tido vários diretores. A contar da data de instalação, foram diretores os professores: Antonio de Mello Cotrim, Benedito Cândido Corte Brilho, Militão Afonso de Azevedo, Pedro de Mello (1907-1911), Adolpho de Carvalho (1911-1920), Oracy Gomes (1920-1921), Antônio Soares do Nascimento (1921-1928), José Alípio de Almeida (1928-1939), Aparicio de Campos Madureira (1939-1957), Edmar André Dias (1958-1959), Nisard Ferraz de Negreiros (1959-1966), Hélio Nehring, Mário Chorilli, José Wander Pársia, Selma Xediek Consani, Maria Augusta de Aguiar e Paulo Nunes de Almeida (atual). Alguns, são hoje Patronos de novas escolas da cidade.

2.0 - Sobre o Edifício

O edifício da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Barão do Rio Branco situa-se no centro da cidade, à Rua Ipiranga, 924, esquina da Rua Governador Pedro de Toledo, ocupando boa parte do quarteirão. No dia da inauguração, o prédio do antigo "Grupo de Piracicaba" trazia uma grande novidade estilística para a pequena Piracicaba. O "magnífico edifício neogótico" estaria portanto, se transformando num dos principais estabelecimentos, se comparado aos mais tímidos neoclássicos. A não ser pelos arcos ogivais que ornamentavam as janelas da residência de Prudente de Moraes, não existia nada construído com os elementos do gótico no município. Apenas em 1922, um projeto para o segundo templo da Igreja Metodista Central de Piracicaba, traria o Neogótico em tijolos à vista. A igreja situa-se na esquina seguinte anterior à escola; Rua D. Pedro I, esquina com a Governador Pedro de Toledo. Desconfiamos que o grupo Escolar influenciou o projeto.

O projeto original, por Victor Dubugras, segundo documentos existentes, era dotado de oito salas de aula, com duas entradas separadas, para meninas e meninos, com inscrição acima das entradas. As meninas ocupavam o andar de cima. Havia duas dependências no andar superior para a Diretoria e a Secretaria, onde se encontra hoje o consultório dentário. Na platibanda, há ainda gargulas em forma de cães. Nas entradas havia pequenos vestíbulos, formando arco ogival de entrada aberta.

No pátio que interligava o edifício escolar ao Ginásio de Esportes, hoje inexistente, foram colocados dois passadiços, para que os alunos não tomassem chuva.

Quanto ao ginásio, servia para aulas de educação física e artística, além de abrigar os sanitários. Era aberto ao pátio. Na face da Rua Governador, havia bonito fechamento de empena, com três arcos ogivais.

63

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4

Na fachada do Grupo Escolar, encontravam-se dois frontões triangulares, ornamentados por arcos ogivais, que foram eliminados com a reforma, provavelmente, em 1908. Nesta data foi retirado o entelhamento de zinco, à francesa, substituído por telhas de barro comuns. Com a retirada dos elementos, a nova característica do edifício não é mais neogótica. Por volta de 1918, foi feita mais uma reforma, desta vez para reforço estrutural.

Na década de quarenta, fez-se a principal reforma: ampliação de 5 salas de aula, palco, sanitários para adultos, salas de professores, entre outros. Esta obra veio por descaracterizar definitivamente o projeto simétrico original. A entrada para meninos desapareceu e foi criada nova escada de alvenaria nesse novo bloco. Quem não conheceu o edifício original, não distingue a parte mais recente, devido à excelente mão de obra da época, executada na fachada. No interior, percebe-se a reforma, pela diferença de piso, tratamento de portas e por outros elementos.

Também nessa data, época da criação de praças à frente de edifícios públicos, a bela grade e o portão foram retirados e a escola ficou aberta a uma pequena praça, e ao vandalismo.

Com o passar do tempo, sem data certa, as janelas originais de madeira foram substituídas por vidraças. O pátio virou quadra esportiva, o ginásio foi reformado, transformando-se em refeitório. Foram construídos, nas áreas livres, cozinha e almoxarifado.

Ainda originais, o piso do térreo, o passadiço exterior e a escada de madeira conviviam com o bonito vitral, as pinturas ornamentais e a porta de madeira e vidro da entrada, que não se encontram mais.

O edifício do Grupo Escolar Barão do Rio Branco edificado de 1895 a 1897, tem ótima e sólida construção, apresenta aspecto magestoso e de grande beleza arquitetônica e atende aos modernos requisitos da pedagogia e da higiene escolar. As salas de aula são amplas, arejadas e fartamente iluminadas. Há outras dependências, ocupadas pela Diretoria, Portaria, Gabinete Dentário, instalação de filtros e almoxarifado. Na parte central do edifício, destacam-se dois salões: um para cinema educativo e festas escolares, e outro para as bibliotecas infantil e pedagógica" (5).

Em 1979, houve certa polêmica em torno do precário estado de conservação da escola, e chegou-se a pensar na demolição do edifício. Felizmente, isso não aconteceu, dando lugar a uma reforma que consistiu na troca do telhado, pintura nas classes e vidros das janelas, além de retoques gerais que implicaram no fechamento do prédio por alguns meses. Nesse período, a escola se mudou para o edifício do Ginásio Industrial Cel. Fernando Febeliano da Costa. Essa reforma não durou muito tempo. Em 1993, a pedido da APM e da associação de ex-alunos, além dos Diretores, abriu-se uma campanha para nova reforma,

troca de telhado, recolocação de grades e portão, e ampliação da biblioteca, que funcionava no palco.

Atualmente, podemos encontrar a EEPSPG Barão do Rio Branco revitalizada exteriormente, aguardando obras de restauro por parte do Estado, visando ao resgate maior da História da Escola e da cidade de Piracicaba.

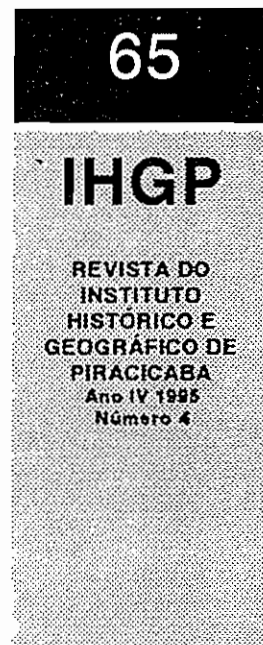
É desanimador imaginar que no futuro novas reformas poderão ser feitas, ao invés de um restauro mais duradouro.

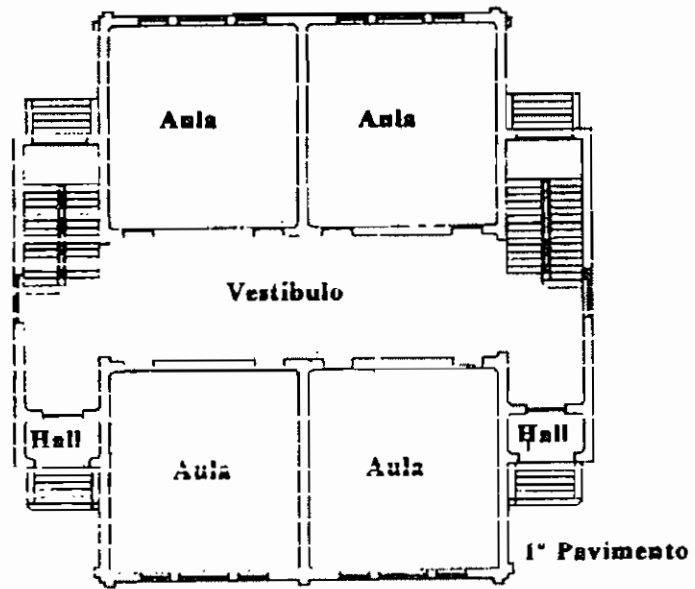
3.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Revista Panorâmica da Cidade de Piracicaba.
- 2 - PERECIN, Marly Therezinha Germano. A Síntese Urbana; 1822-1930. Piracicaba: Shekinah, 1989.
- 3 - CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. Arquitetura Escolar Paulista; 1890-1920. São Paulo: FDE - Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- 4 - LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: ;Nobel, 1989.
- 5 - Acervo da E.E.P.S.G. Barão do Rio Branco.

4.0 - AGRADECIMENTOS

Profª Marly Therezinha Germano Percin
Prof Paulo Nunes de Almeida
Profª Affonsica V.S. Piedade (Dona Nininha)
Profª Áurea Pereira da Silva e
Prof. Marcos Tonhão, Orientadores da Pesquisa.



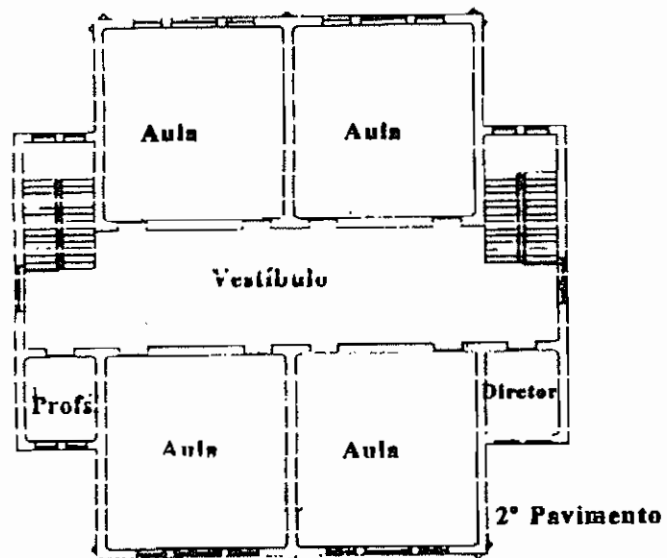


Planta original levantada a partir do livro "1890-1920 Arquitetura escolar paulista".

66

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4



O TIETÊ DE NORTE A SUL, DE LESTE A OESTE...

José Luiz Guidotti⁽¹⁾

O Rio Tietê é o mais autêntico de todos os rios paulistas. Nasce em terras do Estado de São Paulo e sua foz localiza-se dentro dos limites estaduais. É um rio atípico, pois segue rumo diferente dos outros rios, que geralmente nascem no interior e caminham para o mar.

O Tietê nasce a apenas 20 quilômetros do Oceano Atlântico. Dá as costas para o mar, seguindo rumo ao interior. Os índios o chamavam de Anhemi, nome que o Frei Francisco dos Prazeres Maranhão traduziu como "Rio das Enambus". Para Teodoro Sampaio, anhambi ou anhemi, são corruptelas de inhambui, querendo dizer o rio das perdzizes.

Por volta de 1730, era denominado de Tietê até o grande Salto de Itu. Daquele ponto para baixo conservava o nome de Anhemi. Tietê quer dizer rio grande. Em citações datadas de 1553, antes da fundação de São Paulo, o Padre Manuel da Nóbrega referia-se ao grande rio como Rio de Piratininga. Sua nascente localiza-se no Sítio Pedra Rajada, no Município de Salesópolis, na Serra do Mar, a 1030 metros de altitude, nas seguintes coordenadas geográficas: de 22º 46 minutos de Latitude Sul e 44º 40 minutos de Longitude Oeste.

O Tietê nasce a apenas 20 quilômetros do Oceano Atlântico e suas águas caminham cerca de 4.200 quilômetros para se encontrarem com o mesmo Atlântico, em Punta del Este, Uruguai, onde as águas da bacia do Prata chegam ao mar.

Temos conhecimento de que, em 1526, José Sedeño, fez a primeira viagem de penetração ao interior do Estado, rumo ao sertão, por via fluvial. Pouco se sabe de onde partiu sua expedição, mas deve ter sido de onde começava a desenhar-se um povoado, às margens do Rio Tamandateí. Em setembro de

(1) Como navegador fluvial, percorreu mais de 8.000 km pelos rios da América do Sul. É autor de três livros: Aventura na Bacia do Prata, Navegando pelo Piracicaba, e O Tietê Sem Segredos.

67

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1985
Número 4

1992, tive o privilégio de ser pioneiro em navegar desde a nascente em Salesópolis até sua foz, localizada nas proximidades de Itapura, onde o Tietê encontra-se com o Rio Paraná, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Naquela oportunidade percorri os seus 1.136 quilômetros de extensão.

O local onde o rio nasce é dos mais bonitos. Na verdade são nove vertentes que saem do fundo de uma pequena poça d'água. A água é limpa e cristalina. Colocaram um "ladrão" artificial para o escoamento do excesso de água. É daquele "ladrão", que começa a correr o Rio Tietê, que não tem aí mais do que 15 centímetros de largura.

O Tietê chega à cidade de Mogi das Cruzes, onde recebe a primeira e mortal carga de poluição. Quando atravessa a grande São Paulo, suas águas estão mortas e imprestáveis. Imprestáveis até para servirem de esgoto. Para se ter a idéia do grau de sua poluição, na confluência com o Tamanduaí, dentro de São Paulo, em 100 mililitros de água, que correspondem a meio copo, existem 16 milhões de bactérias.

Até Pirapora do Bom Jesus, a poluição e o lixo aumentam a cada metro. Depois da Barragem do Rasgão, em Pirapora, o Tietê entra numa região muito acidentada, onde desce o Planalto de Piratininga. Desce em corredeiras, cachoeiras, saltos e em barragens artificiais. Suas águas se batem em desesperadas descidas. O desnível existente entre São Paulo e Salto é de 200 metros, enquanto a distância percorrida é de apenas 100 quilômetros. O Amazonas tem um desnível de 80 metros em seus 6.000 quilômetros navegáveis! O Paraná em Foz do Iguaçu está a 200 metros acima do nível do mar e suas águas percorrem 2.500 quilômetros para encontrar as águas do Oceano Atlântico. E o Rio Tietê, em apenas 100 quilômetros despenca de 200 metros de altura. Mas devido a este desnível, que provoca quedas em cachoeiras, corredeiras, barragens, o Rio se auto-despolui. Suas águas se oxigenam naturalmente, ganhando vida novamente. Quando atingem a região do Médio Tietê, nas proximidades de Bariri, Ibitinga e Promissão, as águas são limpidas, como em sua nascente.

Durante seu curso o Rio Tietê sofre inúmeros represamentos, desde pequenas barragens de contenção até as monumentais barragens de hidrelétricas. Durante a navegação que fizemos pelo Tietê, passamos pelas seguintes barragens: de Salesópolis, no município do mesmo nome (contenção); de Ponte Nova, em Salesópolis (contenção); da Penha, em São Paulo (contenção); a móvel, em São Paulo na foz do Rio Pinheiros, que serve para represar as águas dos dois rios para o processo de reversão do Pinheiros; da Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba (hidrelétrica); de Pirapora, em Pirapora do Bom Jesus (contenção); do Rasgão, Pirapora do Bom Jesus, que na realidade são duas (hidrelétrica e contenção); de São Pedro, em Itu

(hidrelétrica particular); de Porto Goes Salto (hidrelétrica); de Barra Bonita (hidrelétrica com eclusa para navegação); de Bariri (hidrelétrica com eclusa para navegação); de Ibitinga (hidrelétrica com eclusa para navegação); de Promissão (hidrelétrica com eclusa para navegação); de Nova Avanhandava, em Buritama (hidrelétrica, devido a sua altura, é dotada de duas eclusas para navegação); de Três Irmãos, em Pereira Barreto (hidrelétrica com duas eclusas, ainda não concluídas).

Com a construção das barragens de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Três Irmãos, o Tietê, transformou-se num enorme lago com 600 quilômetros de extensão, que vai de Anhumas (Piracicaba) a Itapura, em sua foz. Este lago posteriormente foi transformado na Hidrovia Tietê-Paraná.

O Tietê possui centenas de pequenos afluentes. Mas tem também afluentes caudalosos, dos quais destacamos o Tamanduateí, o Pinheiros e o Sorocaba, todos pela sua margem esquerda. Pela margem direita encontram-se os maiores e mais caudalosos, como o Jundiá, o Capivari, o Piracicaba (o maior), o Jacaré Pepira e o Jacaré Guaçu.

Curiosamente o Rio dos Bandeirantes, o velho Anhembi, possui em toda sua extensão 90 pontes de todos os tipos, tamanhos e serventia.

BIBLIOGRAFIA

"Diário de Bordo da I Navegação Ecológica de Tietê" realizada pelo autor deste artigo.

"O Tietê Sem Segredos". Guidotti, José Luiz.

69

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano IV 1995
Número 4